

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EVOLUÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E FATORES CAUSACIONAIS:
AMAVI 1990 – 2000.

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para aprovação na disciplina
CNM 5420 – Monografia.

Por: **André Luiz Silva Góes**

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Montibeller Filho

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

(Trabalho realizado no âmbito do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER)

Palavras – Chaves: 1. Desenvolvimento

2. Subdesenvolvimento

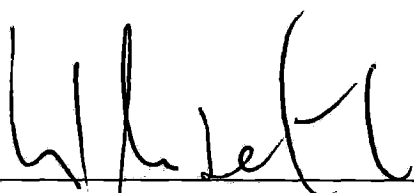
3. AMAVI

Florianópolis, Julho de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

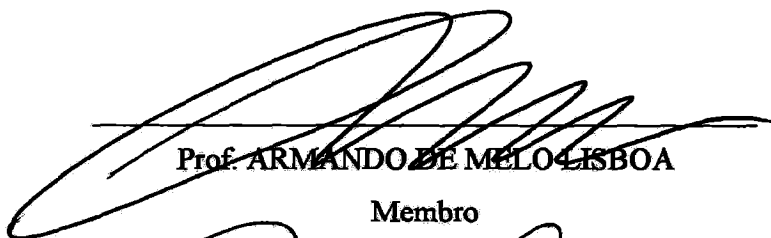
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota: _____ ao aluno **André Luiz Silva Góes** na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



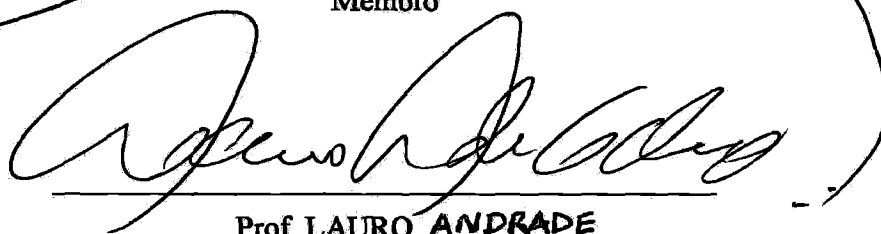
Prof. **GILBERTO MONTIBELLER FILHO**

Presidente



Prof. **ARMANDO DE MELO LISBOA**

Membro



Prof. **LAURO ANDRADE**

Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus sobre tudo, a iluminação para não nos perdermos nos caminhos da vida; a inteligência, a humildade. Onde há entendimento e força para continuar a caminhada e buscar sempre mais.

Aos grandes amigos da espiritualidade, por me assistirem nesta jornada na terra.

Aos meus pais, em especial minha mãe, que me ensinaram a lutar, com perseverança, determinação e dignidade, para conquistar meus objetivos.

A minha sempre presente esposa, companheira e amiga, que ao meu lado compartilha todos os momentos, de alegria e tristeza, me incentivando e apoiando. Obrigado Josi

Ao professor Dr. Gilberto Montibeller Filho, pela sua atenção e boa vontade, que muito contribui para a realização deste trabalho.

A minha irmã e ao meu cunhado, que direta ou indiretamente ajudaram-me, especialmente durante a caminhada nesse curso e pela solidariedade.

Aos professores do Curso de Economia que pela dedicação, viabilizaram a realização desse curso.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	x
RESUMO.....	xi

Capítulo 1

PROBLEMÁTICA.....	01
1.1 Objetivo Geral.....	03
1.2 Objetivos Específicos.....	03
1.3 Metodologia.....	03

Capítulo 2

CONCEITOS E TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	04
2.1 Introdução.....	04
2.2 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.....	04
2.3 Ciclos Econômicos.....	07
2.3.1 O Brasil e os Ciclos de Kondratieff.....	09
2.3.2 Santa Catarina e os Longos Ciclos.....	13
2.4 Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.4.1 Ecodesenvolvimento.....	17
2.4.2 Desenvolvimento Sustentável.....	18

Capítulo 3

ESTRUTURA GEOECONÔMICA DA AMAVI.....	19
3.1 Características Geoeconômicas.....	20
3.2 Fatores Econômicos da Colonização do Alto Vale do Itajaí.....	22
3.3 Análise do Subdesenvolvimento nos Setores Econômicos.....	24
3.3.1 Setor Primário.....	25
3.3.2 Setor Secundário.....	27
3.3.3 Setor Terciário.....	29

Capítulo 4

SUBDESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DA AMAVI.....	29
4.1 Indicadores e Índices.....	31
4.1.1 ICE: Índice de Condição de Eficiência.....	31
4.1.2 Composição dos Indicadores Analisados.....	32
4.2 Indicador de População.....	33
4.2.1 Evolução Populacional na Região.....	33
4.2.2 Densidade Demográfica.....	36
4.2.3 População Urbana e Rural.....	37
4.3 Indicador Trabalho e Rendimento.....	38
4.4 Indicador de Educação.....	39
4.5 Indicador de Saúde.....	42
4.6 Indicador Famílias, Domicílios e Saneamento Básico.....	43
4.7 Aspectos Econômicos.....	46
4.8 Agricultura e Desenvolvimento Econômico.....	48
4.8.1 Agricultura Familiar: Pilar para o Desenvolvimento Sustentável.....	50
CONCLUSÃO.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	55

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Mapa da Localização Geográfica	20
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Crescimento da População por Gênero Masc./Fem. – 1991/2000.....	35
Tabela 2 - Densidade Demográfica: AMAVI/SC – 1991/2000.....	36
Tabela 3 - População Residente de Santa Catarina – 1990/2000.....	38
Tabela 4 - Distribuição de Pessoas Ocupadas por Setores da Atividade Econômica na AMA VI – 1997.....	39
Tabela 5 - Atendimento da Educação Infantil – 2000.....	40
Tabela 6 - Atendimento do Ensino Fundamental – 2000.....	40
Tabela 7 - Atendimento do Ensino Médio – 2000.....	41
Tabela 8 - Número de Estabelecimentos: Ensino Fundamental, Médio e Pré-Escola – 1996.....	41
Tabela 9 - Número de Matrículas: Ensino Fundamental, Médio e Pré-Escola – 1996.....	41
Tabela 10 - Mortalidade Infantil – 2000.....	43
Tabela 11 - Abastecimento Adequado de Água – 1999.....	44
Tabela 12 - Resíduos Sólidos – 1999.....	45
Tabela 13 - Distribuição de Estabelecimentos por principais Atividades Econômicas – 1996.....	46
Tabela 14 - Evolução do PIB Per Capita Municipal – 1990/1997.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Longos Ciclos e Tecnologias Fundamentais.....	10
Quadro II – Municípios Associados.....	30
Quadro III – Classificação quanto ao grupo Hierárquico do ICE.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Evolução da População por Gênero – Masc./Fem. – 1991/2000.....	36
Gráfico II – Participação % dos Setores na Economia de SC – 1990/2000.....	48

LISTA DE SIGLAS

AMARP:	Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe
AMAVI:	Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
AMMVI:	Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí
AMPLA:	Associação de Municípios do Planalto Norte Catarinense
AMURES:	Associação de Municípios da Região Serrana
APREMAVI:	Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí
CASAN:	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
FATMA:	Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente
FGV:	Fundação Getúlio Vargas
FIESC:	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA/SC:	Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
IEL:	Instituto Euvaldo Loid
ONU:	Organização das Nações Unidas
PND:	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
PIB:	Produto Interno Bruto
SDM/SC:	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina
SEBRAE/SC:	Serviço de Apoio a Micro, Pequena e Média empresa de Santa Catarina
SED:	Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina
UNIDAVI:	Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

RESUMO

A região do Alto Vale do Itajaí – AMAVI é formada por vinte e oito municípios associados, com 242.450 habitantes (IBGE, 2000), apresentando uma distribuição populacional com maior predominância urbana.

Pretendeu-se neste trabalho, estudar a evolução sócio-econômica da região no período compreendido entre 1990 a 2000. Fundamentando o estudo em conceitos e teorias da economia do desenvolvimento, levando em consideração aquelas que se mostrem mais relevantes aos objetivos propostos. Num segundo momento, procurou-se descrever aspectos geoeconômicos da região, evidenciando a estrutura econômica e social, acompanhados de gráficos e tabelas, os quais permitem uma comparação da situação da AMAVI em relação ao estado.

Ainda, com o objetivo de buscar explicações sobre o panorama sócio-econômico da região, faz-se um paralelo com a teoria dos longos ciclos de Kondratieff, tentando resgatar na história da formação econômica brasileira e catarinense resposta ao nível de desenvolvimento econômico e social presente na região.

Finalmente, na conclusão procura-se destacar os principais aspectos que em grande parte respondem pelo estrangulamento econômico na AMAVI, ou seja, fatores que dificultam o desenvolvimento econômico.

Capítulo 1

Problemática

Na história contemporânea, o modo de produção capitalista na fase industrial, bem como o desenvolvimento científico, foram fatores importantes para a realização do progresso e do desenvolvimento humano. Vivemos em um novo milênio, e problemas que durante o século XX: a economia, a demografia, o desenvolvimento, a ecologia... persistem consubstanciando-se em um desafio para toda humanidade, a busca por soluções.

Trata-se, então, de buscar um novo projeto de civilização, na medida em que evoca um novo estilo de vida, baseado num sistema novo de valores, um conjunto de objetivos escolhidos de um ponto de vista sistêmico e incorporando o horizonte de longo prazo ou Ciclo Longo. Pressupõe uma solidariedade com a geração atual, na medida em que desloca a ótica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população, e uma solidariedade com as futuras gerações, na medida em que se preocupa com o futuro.

O desafio, então, está em avaliar a situação presente e, a partir do observado, iniciar um novo modo de desenvolvimento, tentando formar um consenso social a respeito da melhoria do meio ambiente e, conseqüentemente, da qualidade da vida humana.

Os atuais padrões de uso dos recursos são orientados pela maximização do lucro econômico a curto prazo. Os recursos são considerados apenas como elementos de uma maior rentabilidade e, geralmente, utilizados até o esgotamento. A intervenção do homem prossegue em um ritmo de atividades degradadoras, sem se conscientizar que é a natureza a provedora limitada dos recursos que possibilitam suas atividades.

Observa-se há alguns anos um grande crescimento populacional nos centros urbanos, projeções demográficas anunciam que a população urbana poderá atingir o correspondente a quase 70% da população concentrada nos centros urbanizados.

O êxodo rural, constituído pela associação de fatores interdependentes, torna-se praticamente impossível analisá-lo isoladamente e conseqüentemente dispor de um somatório dos resultados. Tais fatores podem ser caracterizados em cinco aspectos: Físicos, Econômicos, de Conhecimento, Sociais, Políticos e Institucionais. Analisar profunda e individualmente cada fator se estenderia por demais. Desta forma este estudo salientará os aspectos econômicos, sociais e ambientais, intencionando trazer, a luz da teoria econômica, os fatores que constituem barreiras ao desenvolvimento, buscando entender a sua importância

dentro do problema, servindo de objeto de estudo a região da AMAVI¹, situada no Estado de Santa Catarina, tendo no município de Rio do Sul a sede administrativa da entidade.

A região a ser estudada, está voltada para o setor primário, predominando a agricultura familiar e um setor secundário e terciário pouco expressivos.

O desenvolvimento econômico, sob a ótica quantitativa, é um processo de expansão da atividade econômica em todos os setores, ou sejam, agrícola, industrial e de serviços, que resulte em um aumento no produto interno, aliado ao aumento de renda de todas as pessoas de uma cidade, região ou país. Quantitativamente; significa uma melhoria no modo de vida das pessoas, através dos índices sociais, tais como, níveis de escolaridade, habitação, emprego, saúde, expectativa de vida, etc.

Uma elevação qualitativa na vida das pessoas, envolve mudanças estruturais e, conseqüentemente, melhorias nos indicadores sociais e ambientais. O desenvolvimento não deve ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão podem não estar beneficiando a economia como um todo, bem como sua população, podendo incorrer em efeitos perversos, tais como: transferência do excedente para outros países, apropriação do excedente por poucas pessoas no próprio país, salários extremamente baixos, entre outros.

Isto pode ser um sinal de problemas regionais sérios, pois fica a indagação: Uma região com aproximadamente duzentos e cinquenta mil habitantes, uma cidade pólo, pode apresentar evoluções populacionais negativas? E isto, numa região onde aproximadamente 50% da população ainda vive na área rural. Podem ser indícios de efeitos polarizantes, provenientes de outras regiões, introduzindo um fluxo migratório. Talvez as regiões de Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville e Lages estejam atraindo pessoas do Alto Vale do Itajaí. Outro fato, pode ser que o problema seja essencialmente regional, onde não haja mais condições de expandir a fronteira agrícola, o setor industrial e até mesmo o setor de serviços. Não estando em condições de absorver os contingentes de recursos humanos existentes e nem os novos que estão chegando anualmente ao mercado de trabalho.

Estas dificuldades observadas na região são desafios para os estudiosos dos fenômenos econômicos, em parte, os responsáveis pela manutenção e ampliação do emprego, da renda e da qualidade de vida.

A questão básica colocada para a região do Alto Vale do Itajaí, é possibilitar a continuidade da vida humana em condições dignas, e sempre focando a expansão da atividade econômica com aumentos reais de renda e nos níveis de qualidade de vida da população.

¹ AMAVI: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

1.1 Objetivo Geral

A elaboração de um estudo de caso da evolução sócio-econômica da Região do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), entre 1990 e 2000, utilizando como referencial os conceitos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e subdesenvolvimento, é o objetivo geral.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Levantar de forma breve, as características do movimento cíclico de longo prazo na economia, com ênfase na economia catarinense e principais fatos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.
- b) Estudar a estruturação da economia na AMAVI, iniciando pela fase de colonização e sua evolução ao longo do tempo, enfatizando a principal atividade econômica da região e seu potencial. E, avaliar o comportamento dos indicadores sociais e econômicos, paralelamente a um cenário de desenvolvimento sustentável.
- c) Apontar os principais fatores responsáveis pelo estrangulamento econômico da região.

1.3 Metodologia

O procedimento metodológico para atingir as propostas do trabalho, constituiu-se basicamente em processos descritivos e analíticos.

A princípio serão realizadas pesquisas bibliográficas ao acervo da Biblioteca Central desta instituição, UFSC, e no IBGE, para o levantamento de dados econômicos da região, será possível elaborar um cenário e saber as condições econômicas da região.

Outra etapa relaciona-se a pesquisa de dados sobre o desenvolvimento social, econômico e ambiental, através de índices e informações, coletados na Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano de Santa Catarina, Instituto Euvaldo Loid (IEL), pela Internet, possibilitando, portanto, fazer uma análise conjunta; almejando observar quais são os pontos de estrangulamento, os fatores que impedem que a região cresça e se desenvolva sustentavelmente.

Como referencial de análise, utilizou-se a teoria schumpeteriana, em especial a teoria dos Longos Ciclos, no tocante ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento, como também a agricultura no ambiente econômico.

A análise da infra-estrutura da região é importante para se saber, quais são as necessidades para se tornar um pólo de crescimento. Esta teoria se relaciona com as forças internas, caracterizados pelos recursos naturais, pelo mercado, pela tecnologia usada e desenvolvida pelo empresariado local e pela própria estrutura industrial existente.

Capítulo 2

Conceitos e Teorias do Desenvolvimento Econômico

2.1 Introdução

O desenvolvimento econômico neste trabalho tem como instrumento de análise a produção comparada ao crescimento da população, ou seja, suas transformações no conjunto da sociedade. A pretensão neste capítulo gira em torno das teorias que circundam o pensamento econômico e suas diferentes posições.

2.2 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Nas discussões sobre economia, os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento estão iminentemente presentes, sendo que para os conceitos aqui apontados, em especial Souza (1999) e Schumpeter (1988) são apresentados como referência.

A concentração de renda e riqueza, em alguns países desenvolvidos, a partir do século XIX, deixou bem clara a existência de grandes lacunas entre os países chamados ricos e pobres, a partir daí foram estabelecidos alguns parâmetros que possibilitam mensurar o grau de desenvolvimento de cada nação, possibilitando a classificação desenvolvido ou subdesenvolvidos². Segundo Souza:

Os países pobres passaram a ser caracterizados como "subdesenvolvidos"

² A ONU utiliza os seguintes indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento: índice de mortalidade infantil, esperança de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização e condições sanitárias (Sandroni 2001, p. 169).

também por apresentarem crescimento econômico insuficiente e instável, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuto mercado interno, baixa produtividade, instabilidade política, etc... (Souza, 1999, p. 17).

Uma corrente de economistas trata o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, nesta corrente estão os neoclássicos. A Segunda corrente apresenta o crescimento econômico como condição indispensável ao desenvolvimento, sendo que este grupo de caráter mais ortodoxo fundamenta suas análises em argumentos identificados com a realidade das economias subdesenvolvidas.

A referida teoria crê que o crescimento da economia é a base que propicia o desenvolvimento econômico. Portanto, o crescimento econômico melhora a renda e a distribuição aos detentores dos fatores de produção, refletindo em melhorias dos padrões de vida e no desenvolvimento econômico. De fato isso não ocorre, pois nem sempre os frutos da expansão beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população, na verdade ocorrem distorções na distribuição da renda, tais como: transferência do excedente de renda para outros países e classes sociais, dificuldades de implantação de atividades interligadas aos setores mais desenvolvidos, o efeito concentração renda e riqueza, entre outros.

Outra corrente de pensamento acredita que o desenvolvimento tem implicações diretas sobre as estruturas sociais estabelecidas, econômicas e políticas, com aumento de produtividade e de renda média dos agentes envolvidos no processo produtivo.

Sandroni (2001) conceitua: *Desenvolvimento Econômico é o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia.*

Nesta mesma linha de pensamento, Souza define desenvolvimento econômico da seguinte forma:

Desenvolvimento econômico define-se (...) pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria dos indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando no fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade, (Souza, 1999, p. 22).

A teoria schumpeteriana trata o desenvolvimento econômico como (...) uma mudança descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o

não do consumo. Os produtores são os responsáveis pelas mudanças relevantes, o empresário inovador, assim denominado por Schumpeter, induzem os consumidores a consumir os novos produtos lançados no mercado.

Schumpeter afirma que o desenvolvimento econômico se dá quando o equilíbrio é rompido. No período de desequilíbrio ocorrem mudanças que impactam no contexto econômico, tanto comercial, como industrial, conseqüentemente refletindo sobre a produção.

Os pulsos de criatividade possuem caráter sazonal, apresentando grandes surtos, sendo que esses pulsos são a causa da dinamização da economia, Schumpeter (1988). A medida que novas combinações surgem de modo irreversível e descontínuo, há desenvolvimento. Em um ambiente não concorrencial, novas combinações condenam a destruição combinações anteriores: novas firmas podem implicar no fechamento de firmas antigas.

O dinamismo da economia, para Schumpeter (1988), deriva da ação do empresário inovador, que implementa novos processos produtivos, gerando novos produtos e abrindo novos mercados. Tais inovações tecnológicas são financiadas pelo crédito bancário. A rotina do processo produtivo é suplantada pelo lucro extraordinário. Entretanto, o fluxo circular desprovido de inovação e do empresário inovador, não clama por crédito. Conseqüentemente, não há o monopólio temporário tão desejado pelo empresário inovador, sendo assim, os lucros são normais e os preços aproximam-se aos da concorrência perfeita.

O subdesenvolvimento, por sua vez, caracteriza-se pela insuficiência de crescimento econômico em relação ao crescimento demográfico e pela concentração da renda e riqueza.

Para Sandroni:

Subdesenvolvimento (é) situação inferior do sistema econômico-social de um país em relação aos padrões econômicos das nações industrializadas. Evidencia-se por indicadores como exportação baseada em produtos primários, forte participação de produtos industrializados na pauta de importação, importação acentuada de tecnologia e capitais estrangeiros, persistência de elevadas taxas de desemprego, baixa produtividade, baixa renda per capita, mercado interno bastante limitado, baixo nível de poupança e subconsumo acentuado, (Sandroni, 2001, p. 580).

Outro fator típico das economias subdesenvolvidas está na dependência tecnológica, econômica e financeira dos países desenvolvidos. Além, das altas taxas de inflação, dos baixos níveis de investimento público, favelização e grande parte da população em situação de extrema pobreza.

A estrutura de uma economia subdesenvolvida pode ser analisada através dos setores

baixos níveis de investimento público, favelização e grande parte da população em situação de extrema pobreza.

A estrutura de uma economia subdesenvolvida pode ser analisada através dos setores de subsistência, de mercado interno e de mercado externo. Esses setores apresentam baixa produtividade e pouca monetização.

No processo de desenvolvimento, o setor de mercado interno se expande, em detrimento do setor de subsistência; enquanto a participação do setor de mercado externo no produto total se reduz (Souza, 1999, p. 36).

Nos períodos de crise, a economia estaciona, mas desenvolve-se nos períodos de expansão das exportações sobre as atividades urbanas de mercado interno. São as migrações rurais e urbanas que afetam o nível de produção do setor de mercado interno, uma vez que diminui a produção do meio rural e a necessidade de consumo do meio urbano aumenta por produtos agropecuários. Com isso, a produção destinada à subsistência se transfere para o consumo de mercado interno e para as exportações. Essa é uma tendência do desenvolvimento econômico.

Surtos ou crises do setor de mercado externo produzem efeitos de encadeamento de expansão ou de contração da produção e do emprego do setor de mercado interno. (...) a base exportadora aparece como a causa do crescimento econômico das regiões subdesenvolvidas e como elemento dinâmico de aumento de eficiência e competitividade em economias industrializadas. A industrialização surge em uma etapa posterior e como consequência do desenvolvimento inicial da base exportadora. (Souza, 1999, p. 39-40).

O subdesenvolvimento apresenta como traço comum uma base exportadora de pouca dinâmica, sua concentração é em um ou dois produtos agrícolas e que mostra alta instabilidade. Portanto, segundo Souza (1999), a eficácia de uma economia em desenvolvimento dependerá do ritmo de crescimento de suas exportações, da expansão, do consumo interno, da produtividade do setor, da estrutura interna de distribuição de renda e da eliminação dos estrangulamentos do crescimento econômico.

2.3 Ciclos Econômicos

As teorias dos ciclos econômicos servem para explicar as flutuações periódicas e alternadas de expansão e contração da atividade econômica, seja agrícola, industrial ou

Ciclos de Kitchin ou ciclos curtos de negócios, sua duração em média é de quarenta meses. São as oscilações nos estoques de mercadorias e de fatores de produção.

Ciclos de Juglar ou ciclos médios, com duração entre seis e dez anos, recorrentes das substituições de máquinas e equipamentos pelo setor industrial.

Ciclos de Kondratieff ou ciclos longos, sua duração varia entre cinquenta e sessenta anos estando intimamente relacionado as inovações econômicas e tecnológicas no sistema produtivo.

A atividade econômica é influenciada por ondas de pessimismo e otimismo. Schumpeter atribui as condições subjetivas, as teorias psicológicas, as razões principais que induzem o capitalista a se tornar empresário inovador, originando os ciclos longos e culminando no desenvolvimento econômico.

Segundo Schumpeter (1988), a economia move-se através de uma trajetória cíclica. O surgimento de inovações, dos empresários inovadores e do crédito financeiro não é algo harmonioso, ou linear, provocando o crescimento econômico em ritmo superior à tendência histórica.

Os ciclos de crescimento alternado do produto apresentam quatro fases: a) ascensão, ou boom, quando o nível do produto está crescendo acima da linha de tendência de longo prazo; b) recessão, que se inicia após o pico (ponto de máximo), com declínio do nível de atividade ; c) depressão, com queda do nível do produto abaixo da linha de tendência, até o vale (ponto de mínimo); e d) recuperação, após o vale, indo até a linha de tendência, quando a economia pode iniciar nova fase ascendente, (Evans apud Souza, 1999, p.184).

Desde o final do século XVIII até o presente, segundo estudos, vivenciamos quatro ciclos de Kondratieff. E estaríamos no quinto ciclo, entretanto, ainda não há consenso entre estudiosos do tema quanto a isso, porém, a revolução microeletrônica está criando condições totalmente novas para o funcionamento das economias nacionais e para a divisão internacional do trabalho.

Este novo padrão técnico, ou, o tão debatido quinto ciclo de Kondratieff, exige mudanças na organização empresarial e na composição da força de trabalho, com implicações sobre as economias de escala na produção, obrigando-as a reduções significantes e aumento

em P&D³, flexibilizando a automação rígida, alterando também a utilização extensiva de energia e recursos naturais para uso intensivo. As condições da divisão internacional do trabalho sofrem uma profunda transformação, decorrentes dessas mudanças. Produtos velhos, do quarto ciclo, dão passagem a uma nova fase de modernização, trazendo consigo séries completas de novos produtos. A mão de obra, antes intensiva, tende a decrescer em muitas indústrias e com ela as vantagens dadas pelas diferenças salariais.

Estas e muitas outras mudanças constroem um ambiente de incerteza, própria de toda época de transformações e de caráter ambíguo, pois, a medida que gera ameaças também promove possibilidades.

2.3.1 O Brasil e o Ciclo de Kondratieff

Como já fora exposto anteriormente sobre a teoria dos ciclos, o ciclo de Kondratieff, ou de longa duração, são oscilações relacionadas às inovações econômicas e tecnológicas nos sistema produtivo.

Para cada longa onda de expansão, que é comandada por um setor líder ou um novo paradigma técnico econômico, estava associada com uma base tecnológica histórica particular e/ou tecnologias fundamentais, Schumpeter (1988). O quadro abaixo apresenta a perspectiva teórica oferecida para a reconstituição dos longos ciclos e suas tecnologias fundamentais.

³ Pesquisa e Desenvolvimento

Quadro I
Longos Ciclos e Tecnologias Fundamentais

Longos Ciclos da Economia Mundial	Tecnologias Fundamentais e Setores Líderes Industriais
1790 – 1815 “a” 1815 – 1847 “b” (1º Longo Ciclo)	Máquina a Vapor, Tear, Madeira e Ferro
1847 – 1873 “a” 1873 – 1896 “b” (2º Longo Ciclo)	Carvão, Fundição, Estradas de Ferro, Materiais de Construção
1896 – 1920 “a” 1920 – 1948 “b” (3º Longo Ciclo)	Aço, Eletrônica, Motor à Combustão Interna, Mecânica, Química Mineral e Produção de Gás
1948 – 1973 (4º Longo Ciclo)	Petroquímica, Pequeno Motor Elétrico, Radiofonia, Televisão, Computador Eletrônico
Fase A	Energia Nuclear, Satélites, Aviação Comercial, Transistor, Semicondutor
1973 – (...) (4º Longo Ciclo)	Microeletrônica e o Chip, Telecomunicações, Robótica, Química Fina, Biotecnologia
Fase B	Fibras Óticas, Novos Materiais

Fonte: Ignacio Rangel, 1982 – Ciclo, Tecnologia e Crescimento (Elaboração do autor)

Em sua abordagem, Rangel (1982), traça um paralelo entre as vicissitudes da história nacional e os ciclos longos. Na fase “b” (recessiva) do 1º Kondratieff, ocorre a independência do Brasil; a “b” do 2º Kondratieff deu-nos a abolição da escravatura e a proclamação da República; quanto a Revolução de 30, que enquadraria institucionalmente a industrialização, foi segundo todas as aparências, um incidente na fase “b”(recessiva) do 3º Kondratieff.

Assim Rangel (1982, p. 20), estabelece que:

a) a fase “b” do 1º Kondratieff suscitou um movimento de substituição de importações, cuja manifestação dominante foi a diversificação da produção, nas unidades produtivas básicas da época, isto é, as fazendas de escravos e, possivelmente os grandes latifúndios feudais do Sul e do Sertão Nordestino;

b) a fase “b” do 2º Kondratieff, trouxe, no quadro urbano, a proliferação de unidades

artesanais, sistematicamente com que, no ciclo anterior acontecera no interior das fazendas, mas em condições muito diversas, visto como, em vez de produzirem para autoconsumo, faziam-no para o mercado, cedendo a produção natural o passo à produção pré-capitalista (pequena produção) de mercadorias, e suscitando assim o pleno desenvolvimento do capitalismo mercantil, antes limitado, em grande parte, ao campo do comércio exterior;

c) a fase “b” do 3º Kondratieff pôs em marcha o desenvolvimento do capitalismo industrial, com seu característico dinamismo, ao suscitar uma substituição de importações grande produtora de mercadorias, isto é, uma substituição capitalista ou industrial de importações.

Embora haja períodos alternantes entre as fases “b” e “a” dos ciclos longos, o propulsor da economia, ora a produção de importações, ora a substituição de importações, mas essa repetição era mais aparente do que real, visto que, a cada novo ciclo, mudava o modo de produção, como reflexo do novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Desta forma, se as condições mundiais facultassem a possibilidade de um período de crescimento “para fora”, esse será diferente. Visto que a continuação da industrialização começa com a substituição de importações.

Segundo Schumpeter (1988), uma economia, saudável é a que rompe o equilíbrio por meio da inovação tecnológica. Em vez de ficar buscando otimizar o que está sendo praticado. A atitude produtiva é a de inovar com o que ele chamou, numa definição clássica, “destruição criativa”, o que abre oportunidades para o crescimento.

Na visão de Schumpeter, os ciclos em que o mundo viveu no passado foram determinados, todos eles, por atividades econômicas diferentes. No século XVIII, a energia hidráulica, a indústria têxtil ou a indústria de ferro eram as grandes inovações tecnológicas. A partir da Segunda metade do século XIX, as máquinas a vapor, estradas de ferro e a produção de aço; na virada para o século XX, seria a eletricidade, a indústria química ou motores de combustão interna.

O Brasil, uma economia periférica, o ciclo de Kondratieff é um movimento de causação exógena, e não endógena, como ocorre nos países desenvolvidos, Rangel (1982, p. 24).

Vale lembrar que a afirmação da estreita correlação entre o nosso comportamento e o da economia mundial como um todo não importa em sustentar que o nosso desenvolvimento seja passivo, de caráter servil a marcha dos países desenvolvidos. Embora o impulso nos

chegue sempre de fora, toma por vezes a forma de aprofundamento da divisão internacional do trabalho. Desta forma, a expansão do mercado interno condiciona-se “primariamente” à preservação, em maior ou menor grau, das funções de consumo importadas dos países desenvolvidos e, “secundariamente”, à importação, com maiores ou menores ajustamentos ao mercado interno, de fatores, de funções modernas de produção. Resultando em novo impulso de modernização da economia e não em recuo para formas de produção obsoletos ou primitivos frente ao novo cenário.

A substituição de importações exerce uma função de aproximação e não de isolamento em relação aos países desenvolvidos. Seu efeito é, inclusive, mais positivo que o movimento de abertura da economia nacional. A importação de tecnologia, quer sob a forma palpável de importação de bens de produção avançados, quer sob a forma invisível, “know how”, conhecimento técnico científico, ou da imitação de processos avançados, prende-nos ao carro do desenvolvimento mundial. Tecnologia é técnica materializada em instrumental de produção, em qualificação de mão de obra, em organização de atividade produtiva. Sendo técnica e economia simultaneamente.

Em termos econômicos, cada inovação tecnológica, ao se efetivar, cria resistências duradouras às subseqüentes inovações. Comprometendo certa massa de recursos produtivos, tanto materiais como humanos.

Analisando individualmente o capital fixo e a especialização da mão de obra, conclui-se que o capital fixo pode ser reduzido ao valor de sucata, tanto mais depreciada quanto mais especializada. Quanto a mão de obra pode ser rebaixada para mão de obra não ou semiquificada. Assim, podem engendrar-se resistências que exigem, por vezes, a ocorrência de um considerável atraso relativo para se romperem.

Rangel (1982) enfatiza que o emprego econômico, como expressão final do processo de efetivação da inovação tecnológica, tende, historicamente a assumir caráter cíclico, alterando épocas de expansão e de estagnação. Sendo indispensável a ocorrência dos ciclos para que haja planejamento a fim de regular o processo de renovação tecnológica, tendo em vista a durabilidade dos recursos produtivos comprometidos na função de produção inovadora. Com o objetivo primordial, o planejamento econômico, é o ordenamento da implantação da nova técnica.

Portanto, nos países em desenvolvimento como o Brasil, ocorre uma assimilação de inovações utilizadas com sucesso em países desenvolvidos. O Estado intencionando promover e implementar essas técnicas difundidas fora do País, passa a captar recursos no exterior para

investimentos internos. Agindo como o banqueiro schumpeteriano.

A falta de empresários nacionais fez com que a economia brasileira na década de 50, segundo Rangel fase “a” do 4º Kondratieff, reduzisse as barreiras ao ingresso de capital estrangeiro no País. Isso correspondeu a aumentos, tanto na oferta de capitais, como de empresários e de tecnologia.

A década de 70, fase “b” do 4º Ciclo Longo, caracterizou-se pela parceria entre empresários estrangeiros, empresários nacionais e o Estado. A economia brasileira vivia mais um surto de substituição de importações, cresce o número de empresas estatais, com intensa importação de tecnologia e de capitais. Em contrapartida, na primeira metade da década de 80, mesmo com o aumento da dívida externa, decorrente da implantação do II PND (1975 – 1979) e os dois choques do petróleo (1973 – 1979), optou-se aliar crescimento com endividamento externo. Ou seja, o Estado substitui o empresário schumpeteriano, cumprindo várias funções na economia que caberiam ao setor privado nos países desenvolvidos.

O Estado inovador concorre com a iniciativa privada e esta concorrência gera a elevação de preços de insumos e fatores, elevando os custos das empresas privadas e a redução da escala de produção. Este cenário traz consigo a redução da taxa de lucro. Conclui-se, tendo em vista a redução da taxa de lucro e o problema do financiamento, as inovações nos países subdesenvolvidos tendem a ser de pequena escala:

“Se a inovação for de pequena importância, os lucros criados também serão pequenos e, assim, a propensão a imitar a ação do empresário inovador também será mínima”.
(Souza apud Laumas, 1999, p. 193).

2.3.2 Santa Catarina e os Longos Ciclos

Para alcançar o objetivo proposto neste item do trabalho será adotado uma periodização da história econômica de Santa Catarina, baseado no tópico 2.3.1, levando em conta a mudança do padrão de crescimento da economia catarinense. A periodização é a seguinte: o período de 1880 (fase “b” do 2º Kondratieff) a 1945 (fase “b” do 3º Kondratieff) caracterizam-se pela origem e crescimento do capital industrial. Os anos de 1945 a 1962 (fase “a” do 4º Kondratieff) foram marcados pela diversificação e ampliação da base produtiva. A partir de 1962 a 1990 (fase “b” do 4º Kondratieff) há a integração e a consolidação da indústria seguido da abertura comercial e financeira e da desregulamentação da economia com o esfacelamento do Estado.

onde as tecnologias fundamentais e os setores líderes industriais eram: carvão, fundição, estradas de ferro e materiais de construção. Uma economia intensiva em recursos naturais e mão de obra, essencialmente primária.

A presença de novas atividades comerciais e artesanais (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial, caracterizadas pelas fases “a” e “b” do primeiro ciclo longo, e pela tradição dos imigrantes que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália, Goularti Filho (2001).

No início do século XX, começam a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 60: têxtil, madeireiro e alimentar. O aumento das quantidades produzidas por esses setores não alterou o padrão de crescimento baseado no capital mercantil. Além do mais, seria impossível Santa Catarina alterar seu padrão de crescimento porque o padrão de acumulação nacional ainda era o mercantil. Até meados dos anos 40, a base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil.

A partir da segunda metade dos anos 10 até o final dos anos 20 (englobando as fases “a” e “b” do terceiro Kondratieff), Santa Catarina consolida-se como primário exportador, aumentando em seis vezes o valor das suas exportações, tanto para o mercado interno como para outros países próximos, Argentina e Uruguai, por exemplo, Goularti Filho (2001).

Nas economias regionais, fora do complexo cafeeiro, predominavam basicamente dois setores: extrativismo e o alimentar. A indústria têxtil era forte somente nas capitais.

O salto ocorrido entre os anos 30 e 40 é explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava num processo acelerado de formação de um parque industrial integrado.

Ao mesmo tempo que a indústria paulista nascia e se consolidava, a catarinense caminhava paralelamente. Com a crise de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional (padrão ouro) é o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação na economia brasileira, conduzida pelo setor mercantil agroexportador. No entanto as bases produtivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas e somente a partir de 1945, começa a mudar a estrutura econômica do Estado com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica, em Joinville. Com o surgimento da indústria de papel, pasta de

celulose no Planalto catarinense, e das cerâmicas, no sul do Estado. Iniciava-se a consolidação da indústria catarinense, outra base produtiva passava a comandar o processo de acumulação.

Segundo Goularti Filho (2001), o pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações. O capital – dinheiro concentrado nas mãos dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital industrial. Originando a partir desse desdobramento o grande capital industrial em Santa Catarina. E é o capital industrial juntamente com o mercantil, que será o motor da acumulação no período de 1945 a 1962, um período transitório para a fase de integração e consolidação da indústria catarinense. Este período “(...) *Revelou uma Santa Catarina carente de condições infra-estruturais e com marcantes desvantagens comparativas em relação ao principal pólo nacional*” (Cunha, 1992, p.227).

No entanto, este movimento de ampliação e diversificação da base produtiva sofria constantes limites: falta de energia elétrica, recursos financeiros e infra-estrutura viária e portuária. Esses limites reforçavam ainda mais a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões.

Santa Catarina entra definitivamente no 4º Ciclo de Kondratieff, embora tardiamente, o capital industrial passa a ser a mola mestra da acumulação capitalista. O Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas.

Ainda nesse período, pós Segunda Guerra Mundial, a infra-estrutura social básica catarinense foi profundamente alterada pelo Estado, removendo os pontos de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia elétrica e transporte, Goularti Filho (2001).

Uma das peculiaridades da formação econômica de Santa Catarina é a forte presença do capital de origem local. Talvez o que diferencie o Estado em relação a outras regiões.

Quando a abertura do mercado nacional começou a ser uma dura realidade para a economia brasileira muitos setores foram abalados profundamente e outros simplesmente excluídos do mercado. Como as indústrias cerâmicas do sul catarinense, por exemplo, no que tange à incorporação de novas tecnologias, estavam, de certa forma adaptadas para uma nova etapa de concorrência internacional, evitando-se um desmantelamento maior desse setor.

O ano de 1990 marcou também, o fim do longo ciclo expansivo e acelerado do carvão, iniciado durante a Primeira Guerra Mundial, em que havia uma forte presença estatal no setor. O segmento têxtil-vestuário foi o mais atingido com o processo de abertura comercial,

fazendo com que as exportações catarinenses no ramo têxtil caíssem de 423,6 milhões de dólares em 1993 para 258,7 milhões em 1999, uma queda de 63,7%, Goularti Filho (2001).

Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Em 1990, empresas do setor como Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó tinham uma rede nacional de 36.050 integrados (suínos e aves) passando para 22.198 integrados em 1999, representando uma queda geral de 38,4% na década, segundo Goularti Filho (2001).

Portanto, como argumenta Ignacio Rangel:

“O Kondratieff é um movimento de causação exógena, e não endógena, como nos países desenvolvidos. Nosso problema consiste em saber como reagiremos ao estreitamento do nosso intercâmbio com os países desenvolvidos, inerentes à fase “b” do ciclo longo, que está começando, porque apesar de não haveremos contribuído mensuravelmente para ele, não podemos ficar indiferentes aos seus efeitos”. (Rangel, 1982, p. 24).

E não pode ser entendido senão como efeito dessa complexa dialética que relaciona o esforço de formação de capital com a gênese de nova tecnologia. Nas condições da fase “b” (recessiva) do ciclo longo, a ciência e a técnica amadurecem precondições para nova fase ascendente, de modo que, aos períodos de intensa utilização de tecnologia, se sucedem períodos de intensa produção de nova tecnologia.

2.4 Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

Esses conceitos são mostrados como um novo paradigma, surgiram em função da insatisfação de alguns cientistas e pesquisadores, principalmente das áreas humanas e sociais, devido a limitada abordagem predominante.

O surgimento desta nova visão se deu em função do descontentamento da progressiva deteriorização das condições de existência da maioria da população e da crescente pressão da degradação ambiental. Segundo Montibeller (1999)⁴, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, introduzido por Maurice Strong, teve como marco a conferência Mundial de Estocolmo sobre o Meio Ambiente em 1972. O primeiro ponto levantado foi o da visão unilateral dos processos sociais, o qual o enfoque varia dependendo do analista. A crítica

⁴ O Mito do Desenvolvimento Sustentável – Tese de Doutorado – UFSC, Florianópolis, SC, 1999.

centraliza-se principalmente no “economicismo” inerente nas análises e nas políticas de desenvolvimento postas em uso, em função desta ótica.

Outro ponto relevante refere-se ao tratamento usado pelas escolas econômicas, o aspecto antropocentrismo, tendo o homem como centro e único referencial. Dando a natureza a condição de mera fornecedora de riquezas para apropriação humana, de forma que a produção seja aumentada em detrimento da natureza e do comprometimento do processo de reprodução para as futuras gerações. Com a redução das políticas de desenvolvimento há apenas ações que objetivam o crescimento econômico, estas ligadas a novos investimentos e/ou progresso tecnológico.

Em relação aos países do terceiro mundo, isto é muito grave para o campo social, devido a adoção de tecnologia, padrões de consumo e do modo de vida dos países primeiro mundo convergindo a maior parte da produção para as classes médias e altas, não levando em conta as condições de vida dos trabalhadores. Porém, o conjunto dos aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais analisados de maneira sistêmica como as múltiplas dimensões se interpenetram e interdependem.

Levando em conta estes pontos críticos, surge um novo paradigma que é chamado de Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável ou Desenvolvimento Durável. Entretanto, as diferenças entre os conceitos, ocorrem mais na área política e também nas técnicas de produção. Mas há consenso em muitos aspectos, a visão de longo prazo; a preocupação com o bem estar social e a solidariedade com as gerações futuras. Constituindo-se um denominador comum: a dimensão ambiental fazendo parte do processo de desenvolvimento.

2.4.1 Ecodesenvolvimento

Sachs (1975) define que para um determinado país ou região o Ecodesenvolvimento significa o desenvolvimento endógeno e depende de suas próprias forças, tendo por objetivo responder a problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. Tal significado demonstra claramente a preocupação com os aspectos econômicos mas, não dissociados da problemática social e da ambiental. O ecodesenvolvimento, na medida que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria das pessoas, garante as possibilidades para gerações futuras de desenvolvimento. Sachs (1975) frisa que o

ecodesenvolvimento, de um projeto de civilização, na medida em que evoca um novo estilo de vida, um novo conjunto de valores, objetivos socialmente escolhidos, vislumbrando uma visão de futuro.

Partindo desses raciocínios, desenvolvem-se as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, Sachs (1975):

- A) Sustentabilidade Social: o processo deve reduzir significativamente as diferenças sociais. O desenvolvimento deve ser multidimensional considerando as necessidades materiais e não materiais.
- B) Sustentabilidade Econômica: A eficiência econômica fundamenta-se em uma “alocação e gestão mais eficientes dos recursos por um fluxo regular do investimento público e privado”. A eficiência deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrossociais.
- C) Sustentabilidade Ecológica: Compreende o aumento do uso dos potenciais pertencentes aos vários ecossistemas, causando sua mínima deteriorização. Possibilitar que a natureza atinja novos equilíbrios, usando meios que sigam seu ciclo temporal. Mantendo as fontes de recursos energéticos e naturais.
- D) Sustentabilidade Espacial: Busca evitar a concentração geográfica excessiva de populações, atividades e de poder. Objetiva uma relação harmoniosa entre a cidade e o campo.
- E) Sustentabilidade Cultural: Interpreta o “conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitam as especificidades de cada ecossistema, e de cada cultura e local.

2.4.2 Desenvolvimento Sustentável

Termo difundido na década de 80, de influência anglo-saxônica, utilizado pela International Union for Conservation Nature⁵. O conceito de Desenvolvimento Sustentável e Equitativo foi posto como um novo paradigma, utilizando-se dos princípios:

Integrar conservação da natureza e ecodesenvolvimento;
Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;

⁵ IUNC

Integrar conservação da natureza e ecodesenvolvimento;
Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
Perseguir equidade e justiça social;
Buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; e
Manter integridade ecológica.

Viu-se surgir, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, definido a partir de quatro dimensões fundamentais, quais sejam: a ambiental, a institucional, a do desenvolvimento humano e a da estrutura produtiva.

A sustentabilidade, dentro desta ótica, seria expressa pela “capacidade das sociedades locais de organizar, de modo eficaz, econômico e equilibrado o uso dos recursos disponíveis, visando garantir o sustento das gerações atuais e futuras”.

O relatório Brundtland de 1987, utiliza o conceito de desenvolvimento sustentável deseguinando-lhe a seguinte definição: “é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (Montibeller *apud* Raynaut e Zaroni, 1993).

Interpretando esta definição, nota-se: ser desenvolvimento em função de não ser somente um crescimento quantitativo. É sustentável, pois atende as necessidades da população não impossibilitando a vida das gerações futuras.

Como se observa, caminhar na direção do desenvolvimento sustentável representa envolver-se em tarefa complexa que, além de depender de metodologia adequada para se definir o que e o como deve ser feito, exige comprometimento político de autoridades e lideranças e, principalmente, a participação da comunidade local em todas as fases do processo. Estes novos conceitos levaram à definição de critérios para a escolha de instrumentos mais adequados para apontar propostas básicas de desenvolvimento sustentável.

“Assim, o desenvolvimento sustentável surge para a economia ambiental como o paradigma capaz de dar conta da qualidade de vida da população, sem comprometimento ambiental” (Montibeller 1999, p. 13).

Capítulo 3

Estrutura Geoeconômica da AMAVI

média anual de 20° C.

Quanto a pluviosidade, a quantidade de chuvas varia entre 1600 e 1800 mm anuais.

A Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu abrange aproximadamente 15.500 Km², onde estão localizadas 52 pequenas e médias cidades, em cujos municípios prevalecem pequenas propriedades agrícolas entre 10 a 30 hectares. O Rio Itajaí-Açu é formado pela junção dos Rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, no município de Rio do Sul, recebendo ainda as águas do Itajaí do Norte em Ibirama e Itajaí Mirim na cidade de Itajaí. A região do Alto Vale compreende em torno de 44% desta bacia. Essa grande bacia hidrográfica, inteiramente catarinense, lança suas águas no Oceano Atlântico, na divisa dos municípios de Itajaí e Navegantes.

A Serra do Mar, que se estende do Rio de Janeiro ao estado de Santa Catarina, apresenta como uma de suas características a riqueza de nascentes em suas encostas. A preservação de sua cobertura vegetal é essencial para a manutenção dos mananciais; no Alto Vale, em algumas áreas, isso é perceptível: o desmatamento das encostas e a degradação das matas ciliares desencadearam o assoreamento de cursos d'água, secando-os, APREMAVI (2003). O desflorestamento inibe a capacidade do solo em acumular a água das chuvas e liberá-la aos poucos, nas nascentes e nos riachos.

Originalmente, o Alto Vale do Itajaí foi coberto por Mata Atlântica e Mata de Araucária; estando esta última restrita à reserva da Serra da Abelha, no município de Vitor Meireles.

O modelo adotado na região desde à época da colonização, baseia-se no desmatamento com posterior queimada, sem nenhum controle de erosão e, a partir da 2ª metade do século, com a introdução dos adubos químicos e agrotóxicos, reduziu drasticamente a cobertura florestal e a fertilidade dos solos.

Portanto, a mata Atlântica é um conjunto de três ecossistemas. No litoral, cresce a restinga. Junto aos estuários dos rios, formam-se os manguezais, depósitos de matéria orgânica que alimentam inúmeras espécies animais. Por fim, vem à floresta, com a folhagem mais densa e árvores altas, cujas raízes impedem que as camadas férteis do solo sejam “varridas” pelas chuvas. As sombras produzidas pela copa das árvores preservam as nascentes e os lençóis freáticos. O funcionamento harmonioso desse conjunto significa vida para a mata.

Há aproximadamente 504 anos atrás quando os portugueses aportaram no Brasil, cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados eram cobertos pela mata atlântica, atualmente restam

⁶ Muito utilizada como piso decorativo

ameaçando a sobrevivência de vários ecossistemas, APREMAVI (2003).

Levantamentos realizados entre 1985 a 1990 acusam mudanças na geografia da devastação, que continua acelerada. Os estados que mais abateram a vegetação Atlântica, na década passada, tornaram-se mais contidos nos últimos anos, a exemplo de Santa Catarina. Surgem, porém, novas agressões. A região que ostenta os piores índices atualmente é a do Rio de Janeiro, justamente o estado que mais preservava a mata segundo estudos anteriores.

Em Santa Catarina as queimadas são motivo de preocupação, no município de Santa Terezinha, no Alto Vale do Itajaí, famílias de “sem-terra” queimam áreas de mata dentro das fazendas. O assentamento de Morro de Taió é um desses casos. Lá, o que eram florestas e mata fechada deu lugar a lavouras de milho, feijão e fumo. Segundo a lei, as áreas de mata derrubada, mesmo que ilegalmente, continuam territórios de preservação, ou seja, “sem-terra” como os de Morro de Taió não poderiam ter suas glebas regularizadas e precisariam ser transferidos, APREMAVI (2003).

A fumicultura é outro grande problema, Santa Catarina abriga mais de 35 mil produtores de fumo. Eles secam as folhas em estufas que consomem, cada uma, 60 metros cúbicos de lenha. Ao todo, são queimados mais de 2 milhões de metros cúbicos de madeira por ano, APREMAVI. Na outra ponta do problema está a indústria de cigarros, representada por gigantes como a Souza Cruz, que faz programas de reflorestamento. No entanto, ambientalistas reclamam que esses programas repõem apenas eucaliptos, árvores de crescimento rápido, estranho à Mata Atlântica. Impor a lei nos estados produtores de fumo significa restringir uma atividade que gera lucros e garante o sustento de muitos.

Mais uma vez, deixa-se de resolver a equação meio ambiente versus desenvolvimento econômico, sendo que as justificativas para a destruição vão desde o interesse econômico de grandes empresas, inclusive sob o argumento de geração de empregos, à sobrevivência dos pequenos agricultores.

3.2 Fatores Econômicos da Colonização do Alto Vale do Itajaí

Na época da chegada do europeu, o Vale do Itajaí era povoado pelos índios Xokleng e Guarani. Segundo Cunha (1992, p. 19), A primeira fase da ocupação do território catarinense foi profundamente marcada pelos imigrantes e descendentes de açorianos e madeirenses, aqui chegados entre 1748–1756. A imigração foi justificada mormente por princípios e necessidades de natureza político-militar da Coroa.

Paulistas e escravos africanos completaram o efetivo demográfico.

A colonização do território catarinense processava-se, no curso do século XVIII, em direções paralelas, pelo litoral e planalto, sem ligação entre as duas correntes. No litoral, os estabelecimentos vicentistas e açorianos haviam espalhado a população que entre si se comunicava por mar, ou por caminhos em que, não raro, o mar completava a estrada que faltava. A oeste, a serra do Mar se erguia como barreira.

A facilidade de vencer somente a escarpa do planalto fez preferida a estrada para Tubarão, no sul do Estado, construída em 1771. Necessidades militares da defesa de Desterro (atual Florianópolis) levaram as autoridades, mais tarde, a procurar a ligação direta com Lages, vencendo a serra do Mar, e após, à serra Geral, disseminando a população ao longo dessa estrada (atual BR-282).

O estabelecimento, em 1850, dos imigrantes alemães que iniciaram a colônia Blumenau, aumentou o povoamento do litoral ao norte da capital da província, e o seu desenvolvimento fez sentir a necessidade de novas comunicações com o planalto.

Segundo Lothar Paul *apud* Singer 1968, a colonização do Alto Vale do Itajaí foi resultado da convergência de interesses de capitalistas alemães e da elite agrária paulista.

Na Alemanha, capitalistas e senadores de cidades livres alemãs pretendiam estimular a emigração como alternativa aos conflitos iminentes. Conhecendo a necessidade brasileira de povoar seu vasto território, procuraram o governante brasileiro em busca de terras.

Como incentivo à emigração, na Alemanha, o colono comprando sua passagem de navio para o Brasil receberia em contrapartida, vinte e cinco hectares de terra. Ocorre que para os padrões europeus, uma propriedade de 25 hectares correspondia a extensão territorial de países, quando não, de municípios. Naquela época, as nações européias disputavam fronteiras entre si, nem Itália, nem Alemanha estavam unificadas (...) daí o caráter irrecusável da oferta das Companhias Colonizadoras.

Em 1863, o engenheiro Emílio Odebrecht, da colônia Blumenau, subiu o rio Itajaí-Açu, até a confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste. Essa primeira expedição nenhum fruto produziu, além do conhecimento do território.

No ano seguinte, o mesmo engenheiro, tendo feito uma expedição a Lages e Curitiba, obteve os elementos necessários para proceder à exploração de um picadão que ligasse Blumenau a Curitiba. Somente em 1867, Odebrecht tornou a passar pelo território de Rio do Sul, deixando a picada que durante muitos anos, foi a única ligação de Blumenau com o planalto.

Paul Singer (1968, p. 109) enfatiza que esta área de Santa Catarina constituía então uma zona de fronteira, em que grandes superfícies de terra virgem eram abertas á economia de mercado.

De acordo com os Censos, a população catarinense cresceu 78% entre 1872 e 1890, passando de 159.802 habitantes para 283.769 habitantes, respectivamente, Singer (1968, p.109).

A história da penetração dos colonos de Blumenau é a história das estradas de rodagem. A estrada que, de Blumenau, subia o Itajaí-Açu, alcançou Lontras em 1894 (atual BR-470). As outras correntes de povoamento surgiram em 1910, com a construção da estrada de Barracão pelo vale do Rio Itajaí do Sul, e em 1919 e 1921 com as de Lages e Taió.

Nessa época, ofereciam mais possibilidade de se tornarem cidades os povoados que se formaram nas barras dos rios Lontras e Matador, do que na união dos dois braços do Itajaí. Toda a região era simplesmente uma parte da vasta zona agrícola do distrito de Indaial, não havendo qualquer característica de vida urbana.

A partir da década de 20, com a contratação, pelo Governo do Estado, de numerosas rodovias, e a concessão de terras devolutas para colonização, houve significativo aumento da população atraída pelos trabalhos, o que motivou os colonos de origem italiana do sul do Estado a se estabelecerem nos novos núcleos.

Nos anos 30, com a implantação da Estrada de Ferro Santa Catarina, consolidando o ciclo madeireiro, serrarias foram estabelecidas dando origem a um novo tipo de povoação nascida do desenvolvimento do comércio e da indústria. Bela Aliança, vivendo do comércio mantido pelos colonos, impôs-se às demais localidades da região, por ser o centro de abastecimento de uma zona mais povoada, cuja população se estabelecera às margens dos três rios ali existentes.

A nova situação política, pela elevação de Bela Aliança e sede do município, com o nome de Rio do Sul, acabou por alterar-lhe a estrutura, que deixou de ter o mesmo quadro apresentado pelos povoados e vilas, para tornar-se a cidade pólo da região que hoje congrega todos os municípios pertencentes à AMAVI.

3.3 Análise do Subdesenvolvimento nos Setores Econômicos

Estudando a economia de um país, uma região, estado ou município, é necessário compreender os fatores que poderão favorecer o seu desenvolvimento e os que poderão

tornar-se obstáculos ao mesmo. Uma região, inicialmente, pode não ser auto-suficiente para gerar seu próprio crescimento, portanto, o desenvolvimento econômico e social depende de sua inserção no conjunto da economia nacional e da ação do Estado no sentido de vencer possíveis pontos de estrangulamento.

Nos países em desenvolvimento, como no Brasil, Souza (1999 : 41-2) argumenta que as políticas de desenvolvimento adotadas pelos governos consistem basicamente em promover a industrialização, ou seja por substituição de importações, aliado a eventuais incentivos às exportações e outras medidas pontuais, tais como:

- a) Ampliação do poder de compra das produções rurais, por meio de políticas agrícolas, envolvendo crédito, seguro, preços mínimos, estoques reguladores, investimentos em estradas rurais, comercialização da produção, reforma agrária etc.;
- b) Promoção do desenvolvimento prioritário de indústrias específicas, com a participação de empresas estatais e de empresas estrangeiras;
- c) Controle de importações, a fim de evitar a fuga de divisas com gastos supérfluos e proporcionar mercado para a indústria nacional nascente; e
- d) Programação dos investimentos visando à implantação de infra-estruturas, à diversificação industrial e ao desenvolvimento regional.

No caso específico da AMAVI, sua estrutura econômica está voltada para um setor primário, predominando a agricultura familiar e para um setor secundário e terciário pouco expressivos.

3.3.1 Setor Primário

A região da AMAVI, objeto do presente estudo, durante seu período de colonização, onde a organização econômica foi fundamentada na agricultura de pequena propriedade, inicialmente voltada ao auto-abastecimento, tendendo a se diversificar à medida que as colônias iam se consolidando, Cunha (1992, p. 21), vários fatores contribuíram para estagnação econômica e social, em especial, do setor primário. Dentre estes, segundo Paul Singer (1968), estão: os imigrantes alemães deixaram para segundo plano a educação, priorizando o trabalho braçal como forma de subsistência. Desta forma os filhos de imigrantes permaneceram analfabetos, delegando às gerações seguintes, a responsabilidade de alfabetizá-los.

Outro fator, como já foi citado no item 3.2, conta que o modelo adotado na região desde à época da colonização, baseia-se no desmatamento com posterior queimada, sem nenhum controle de erosão. O desmatamento indiscriminado, tanto para extração de madeira, quanto para sua utilização nas estufas de secagem de fumo, acabaram por reduzir a cobertura vegetal contribuindo para a erosão do solo. ‘‘Embora pouco industrializada a região apresenta elevada poluição hídrica em suas bacias.’’ A partir da 2ª metade do século XX, com a introdução dos adubos químicos e pelo uso intensivo de agrotóxicos, principalmente nas culturas de arroz irrigado, reduziu drasticamente a cobertura florestal e a fertilidade dos solos.

O resultado desse sistema de cultivo é o rápido esgotamento do solo e a redução da população, o que levou a ocorrer na região, grande fluxo migratório, principalmente da população mais jovem, a procura de novas terras.

A categoria ocupante da terra, não se trata de posseiros, são agricultores que residem e trabalham nas propriedades agrícolas sem remuneração ao proprietário do imóvel. É uma cessão sem ônus para o ocupante. Esta categoria vem ganhando corpo na região. O pai cede ao filho o imóvel para exploração, (IBGE).

Observa-se entre 1990 a 1993 que aproximadamente 38% dos agricultores da região eram donos de 22.756 propriedades agrícolas. Ou seja, um agricultor possui mais do que uma propriedade. Gerando, conseqüentemente, uma má distribuição das terras.

Faz-se, entretanto, necessário salientar a necessidade de conservação da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, através das diretrizes e normas gerais para o controle do uso e ocupação do solo, contidas na legislação de seu tombamento.

O interesse por questões relacionadas aos recursos naturais dos estudos econômicos, na verdade, é verificado já nos primórdios da história do pensamento econômico. Questões como a produtividade da terra (Ricardo), crescimento populacional (Malthus) e condições de vida da classe trabalhadora (Marx e Engels), são exemplos entre os clássicos.

Economistas como Serôa da Motta (1989) e Block (1992, p. 223), explicam que a falha de mercado que gera as diferenças entre os custos sociais (recursos naturais) e os custos privados, se originam da inexistência de direitos de propriedade sobre recursos ambientais e que resolvido este problema, será possível cobrar pelo uso desses bens, ou seja, seria possível internalizar as externalidades.

‘‘É a ausência de direitos completos de propriedade dos recursos ambientais que torna seu uso menos eficiente’’. (Serôa da Motta, 1998, p. 19).

Neste contexto, um fator de peso, embora pouco enfatizado, nos estudos sobre economia catarinense reside na má distribuição da renda resultante do crescimento econômico, a consequência negativa desse processo acumulativo não controlado é o crescimento das desigualdades regionais que não poderão ser minimizados através do jogo das forças do mercado.

Portanto, além dos pontos de estrangulamento de cunho colonial, associam-se outros fatores:

- Escassez, baixa qualificação e remuneração da mão de obra.
- Baixo grau tecnológico e na especialização da produção agrícola.
- Erosões como subproduto do desmatamento das matas naturais.
- Êxodo rural.
- Falta de saneamento e poluição dos recursos hídricos com insumos agrícolas.
- Uso inadequado de máquinas e implementos agrícolas.
- Carência da industrialização de leite, aves e fumo.
- Comercialização isolada e carente de produtos com valor agregado.

Com topografia acidentada e devido a pequena área das propriedades o agricultor utiliza o máximo possível de seu potencial através da diversificação das culturas. As terras com declividade de até 30% são utilizadas para pecuária leiteira e/ou reflorestamento, como fonte energética para secagem de fumo.

Dentre as aptidões agrícolas da AMAVI, destacam-se: milho, feijão, mandioca, fumo, cebola, arroz irrigado, a horticultura e a pecuária leiteira.

3.3.2 Setor Secundário

O setor secundário não tem sido capaz de absorver muita mão de obra, enquanto contingentes populacionais se aglomeram no meio urbano, formando favelas. Neste setor houve queda com o fechamento de indústrias na região no período de 1970 a 1985. Entre 1985 a 1989, todavia, houve implantação de novos estabelecimentos industriais.

O setor madeireiro, entre 1880 a 1945, tinha importância significativa na região, Goularti Filho (2001). A partir de 1989, muitas empresas, remanescentes, desse ramo fecharam em consequência de decisão do Governo Federal, através do IBAMA,

implementaram ações com o objetivo de proteger e preservar a Mata Atlântica.

O município de Rio do Sul lidera com o maior número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado. No exercício de 2000, segundo o guia de Indústrias por Município da FIESC, o município detinha 94 empresas que empregava 4.441 trabalhadores em setores como: mecânica, metalurgia, produtos alimentares, produtos de minerais não metálicos, vestuário, calçados e artefatos de tecido e madeireiro. Entre outros de menor expressão.

Em 1991 e 1992 o prêmio Albano Franco de qualidade total foi atribuído a Rhoden S.A., de Salete, do ramo da indústria de madeiras e à Metalúrgica Riosulense S.A, de Rio do Sul, respectivamente.

A região passa a ter forte influência das indústrias têxteis, setor que no início do século XX ao início dos anos 60 comandaria a economia catarinense juntamente com os setores madeireiro e alimentar (Goularti Filho, 2001), do Médio Vale do Itajaí e de Jaraguá do Sul, com a implantação de pequenas e médias indústrias de confecção nos municípios mais urbanizados da AMAVI. Por isso o setor vem crescendo na confecção de roupas de malhas e jeans. Este ramo de atividade tem maior concentração em Rio do Sul e Ibirama.

As indústrias metalúrgicas e mecânicas têm grande importância econômica e social para a região. Suas tecnologias têm repercussão Estadual e Nacional dada a qualidade de seus produtos. Localizadas em maior número nos municípios de Rio do Sul, Ibirama e Salete.

O valor da transformação industrial que se processa na região atende a demanda regional e o excedente é comercializado em outras regiões do Estado e do País, sendo ainda considerada de baixo índice de transformação industrial ao nível de Estado.

“A concentração regional da indústria (...) tende a criar duas Santas Catarinas, uma industrial, moderna e mais desenvolvida representada por poucas microrregiões e municípios e outra formada por áreas com economias deprimidas que gradualmente se distancia da produtividade e do ritmo de modernização do sistema econômico estadual”. (Cunha, 1992, p. 225).

Portanto as deficiências são apontadas aos seguintes pontos, SDM/SC (1994):

- Fechamento de grande parte das indústrias do ramo madeireiro.
- Indústrias localizadas em áreas impróprias (inundáveis, de preservação, etc).
- Mão de obra pouco especializada.
- Agroindústrias situadas nas maiores cidades da região
- O desmatamento da mata nativa (ramo madeireiro).

- Questões políticas (abertura comercial da economia brasileira).

3.3.3 Setor Terciário

No setor terciário, pouco relevante, a atividade de prestação de serviço vem crescendo mais do que o comércio. Na última década, o aumento da ocupação média de pessoas por estabelecimento prestador de serviço, obteve crescimento médio superior à década de 70 a 80.

Fato possivelmente explicado pela liberação de mão de obra do comércio, absorvida pelo setor de serviços.

No comércio as grandes lojas encerraram suas atividades na região, em consequência surgiram pequenos estabelecimentos que, por conta de sua estrutura menor e mais enxuta, conseguiram adaptar-se mais facilmente frente aos impactos gerados pela entrada dos produtos estrangeiros em nosso país.

Segundo o IBGE, em 1991, o setor terciário teve queda de 1,45% e aponta como principais fatores de estrangulamento ao desenvolvimento do setor terciário da AMAVI, os seguintes, SDM/SC (1994):

- Comércio e prestação de serviços de pequeno porte e ineficientes nas pequenas cidades.
- Forte tendência à descentralização para outras cidades.
- Complementariedade fora da região (Blumenau).
- Índice de pessoal ocupado com prestação de serviço abaixo da média estadual.

Capítulo 4

Subdesenvolvimento Sócio – Econômico da AMAVI

Em 7 de Novembro de 1.964 a Câmara Júnior, capítulo Rio do Sul, reuniu os prefeitos dos 20 municípios que formavam a região objetivando, além da união em torno das causas regionais, a constituição de uma entidade regional.

Assim surgiu a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, entidade pioneira em Santa Catarina e no Brasil.

Em 28 de Setembro de 1.971, o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Decreto Nº 844, definiu 13 Regiões Polarizadas. Para cada Associação de Municípios,

correspondia, em princípio, uma Região Polarizada.

O caráter cooperativo da Associação, onde o poder político resulta da união apartidária e o hábito da troca de experiências, contribuem para o fortalecimento dos municípios e dos serviços prestados.

Com sede própria situada na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul, atualmente é formada por 28 municípios associados, conforme quadro abaixo:

Quadro II
Municípios Associados

<i>Agrolândia</i>	<i>Agronômica</i>	<i>Atalanta</i>	<i>Aurora</i>	<i>Braço do Trombudo</i>	<i>Chapadão do Lageado</i>	<i>Dona Emma</i>
<i>Ibirama</i>	<i>Imbuia</i>	<i>Ituporanga</i>	<i>José Boiteux</i>	<i>Laurentino</i>	<i>Lontras</i>	<i>Mrim Doce</i>
<i>Petrolândia</i>	<i>Pouso Redondo</i>	<i>Presidente Getúlio</i>	<i>Presidente Nereu</i>	<i>Rio do Campo</i>	<i>Rio do Oeste</i>	<i>Rio do Sul</i>
<i>Salete</i>	<i>Santa Terezinha</i>	<i>Taió</i>	<i>Trombudo Central</i>	<i>Vidal Ramos</i>	<i>Vitor Meireles</i>	<i>Witmarsum</i>

Atuando junto aos municípios associados nas seguintes áreas:

Administrativa	Engenharia
Arquitetura e Urbanismo	Informática
Comunicação	Jurídica
Contábil	Saúde
Educacional	Social

A região possui uma economia predominantemente agrícola e sua estrutura apresenta características contrastantes. O município de Rio do Sul é um exemplo, ocupa a 12º posição no total de 293 municípios do Estado de Santa Catarina e a 1º entre os 28 associados a AMAVI. Em contrapartida, o município de Santa Terezinha ocupa a 270º posição em relação ao Estado e o 28º lugar na região, ou seja, a última colocação dentre os associados. Conforme o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios catarinenses, elaborado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 2000.

4.1 Indicadores e Índices

Indicadores e Índices são números que procuram descrever um determinado aspecto da realidade, ou apresentam uma relação entre vários aspectos. Adotando-se técnicas para ponderação dos valores, pode-se criar índices que sintetizem um conjunto de aspectos da realidade e representem conceitos mais abstratos e complexos como qualidade de vida, grau de desenvolvimento humano de uma comunidade ou, ainda, nível de desempenho de uma gestão. Estes indicadores estão sempre sujeitos a questionamento, pois a escolha dos aspectos da realidade a serem considerados é influenciada por opções políticas e distintas visões da realidade.

Para um determinado grupo, por exemplo, pode ser mais importante considerar a oferta de transporte coletivo do que o número de telefones instalados. Além dessa restrição, há o problema da disponibilidade das informações. Um índice, para que possa ser comparado com outros municípios e com outros períodos, é preciso que as informações que o compõem estejam disponíveis para outros municípios e períodos. Sem possibilidade de comparação não há utilidade alguma para um índice.

4.1.1 ICE: Índice de Condições de Eficiência

Para calcular o Índice de Condições de Eficiência⁷ parte-se dos valores relativos dos indicadores selecionados. A etapa seguinte consiste em transformar os valores dos indicadores em índices que variem entre zero (0) e um (1), de tal forma que os valores mais elevados indiquem melhores condições de desenvolvimento.

Os indicadores são avaliados através de parâmetros previamente estabelecidos, em que o melhor valor é a meta que se pretende atingir e o pior valor é o desempenho mais desfavorável a ser atingido.

Com base no valor observado para o indicador e nos limites estabelecidos para ele, obtém-se o índice através da fórmula:

$$\text{Índice} = (\text{valor obs. p/ o indicador} - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$$

A aplicação desta expressão a que, por exemplo, em determinado município, o valor relativo apresenta-se em situação melhor, tenha o valor de um (1,00) e a pior, um valor zero

⁷ Utilizou-se como referência para construção o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – 1998.

(0,00), situando-se, por conseguinte, os demais municípios entre estes valores.

Portanto, o índice aqui denominado de “Índice de Condição de Eficiência (ICE)”, na sua interpretação determina que quando o ICE se aproxima do valor (1,00), melhores são as condições de eficiência do indicador, piorando quando se aproxima do zero (0,00), ou seja, piores são as condições de vida..

Foram estabelecidas cinco classes hierárquicas de desempenho, do valor do ICE, a saber:

Quadro III
Classificação quanto ao grupo hierárquico do ICE

ICE	Condições de Eficiência	Classe
Entre 0,950 e 1,000	alto	1
Entre 0,900 e 0,949	médio alto	2
Entre 0,800 e 0,899	médio	3
Entre 0,700 e 0,799	médio baixo	4
Entre 0,000 e 0,699	baixo	5

Fonte: Elaboração própria, com dados da SDM / SC.

4.1.2 Composição dos Indicadores Analisados

Para elaboração deste trabalho serão analisados os Indicadores Sociais com os seguintes componentes:

•População:

Evolução Populacional

Densidade Demográfica 1991/2000

População Urbana e Rural 1990/2000

•Trabalho e Rendimento:

Distribuição de Pessoas Ocupadas por Setores da Atividade Econômica na AMAVI - 1997

•Educação:

Atendimento da Educação Infantil (0 a 6 anos) – 2000

Atendimento do Ensino Fundamental (7 a 14 anos) – 2000

Atendimento do Ensino Médio (15 a 17 anos) - 2000

Número de Estabelecimentos: Ensino Fundamental, Médio e Pré-escola – 1996

Número de Matrículas: Ensino Fundamental, Médio e Pré –escola - 1996

•Saúde

Mortalidade Infantil - 2000

•Famílias, Domicílios e Saneamento Básico

Abastecimento Adequado de Água – 1999

Instalações Adequadas de Esgota - 1999

Resíduos Sólidos – 1999

Com o intuito de dar uma significativa conotação social, para atingir a meta proposta, ou seja, a condição socioeconômica da AMAVI e seus aspectos de subdesenvolvimento.

4.2 Indicador de População

4.2.1 Evolução Populacional na Região

Conforme o Censo de 91 do IBGE , no Brasil, em linhas gerais, a evolução da população passou por três fases distintas. A primeira do século XIX até 1930, é caracterizada por altas taxas de mortalidade e de natalidade, tendo como consequência o pequeno crescimento vegetativo. O incremento populacional significativo deste período foi devido à imigração.

A segunda fase, que vai da década de trinta até o final da década de sessenta, apresenta o declínio dos níveis de mortalidade, redução dos movimentos populacionais de origem internacional, imigração, e manutenção das altas taxas de natalidade. Com esta conjuntura, as taxas médias de crescimento populacional atingiram um ápice na década de cinquenta, com crescimento médio de 3,05% ao ano.

A terceira fase, a partir do final da década de sessenta, e que se estende até hoje, apresenta manutenção das baixas taxas de mortalidade e pela primeira vez na história do país, queda acentuada da taxa de natalidade. Desta forma, a taxa de crescimento médio da população brasileira, neste período, foi a mais baixa já registrada.

Esta terceira fase é o que se convencionou chamar de Transição Demográfica. Já detectada anteriormente e confirmada no Censo 91.

Santa Catarina em 1991⁸ passou a ocupar a décima primeira posição como Estado mais populoso, com 3% da população brasileira, o correspondente a 4.538.248 habitantes. O crescimento apontado nestes onze anos (1980 a 1991), de 909.498 habitantes, representa uma taxa de crescimento geométrica média de 2,1 % ao ano. No mesmo período, o Brasil cresceu algo em torno de 1,8% ao ano, o Rio Grande do Sul 1,5 % ao ano, e o Paraná 0,9 % ao ano.

Embora apresente taxa de crescimento superior ao país e também às de seus vizinhos, Santa Catarina durante a década de 80, teve um crescimento inferior às previsões efetuadas pelo próprio IBGE. Da mesma maneira, por todo o país as taxas de crescimento apuradas pelo Censo 91 ficaram aquém das previsões.

Longe de ser preocupante, este resultado abaixo das previsões traz alívio para governantes e planejadores. A redução da taxa de crescimento representa tempo ganho ao futuro para que dotemos nossas cidades da infra-estrutura necessária para atender satisfatoriamente nossa população, fugindo ao triste destino das cidades que hiperatrofiadas, e crescendo descontroladamente, se aproximam do colapso urbano.

A população total da AMAVI representada em 1980 era de 5,57%, em 1991 respondia por 4,94% e em 2000 por 4,53% da população do Estado, tendo decrescido sua participação em 20 anos, representando uma queda de 22,96%, segundo o IBGE.

Pode-se observar a eminência do êxodo rural, considerando, através da análise da população urbana em 1980 e 1991. Em 11 anos a população rural perdeu 10% de seu contingente, em contrapartida, houve aumento somente na população urbana nesse período. Apenas 6 municípios, dos 22 associados à época, apresentaram aumento da população rural: Atalanta, Aurora, Imbuia, Rio do Campo, Rio do Sul e Salete.

Vale salientar que os municípios de Ibirama, Taió, e Trombudo Central tiveram diminuição nas suas populações devido a criação de outros municípios, desmembrados de seu território. E o município que mais cresceu neste período (1980 a 1991) foi Imbuia, com taxa anual de 2,35%.

Conforme dados do Censo de 1991, realizado pelo IBGE, a preocupante perda de população enfrentada por aproximadamente 30% dos municípios do Estado, que apresentaram taxa de crescimento negativo na última década. Do total de municípios catarinenses à época, ou seja, 217 prefeituras, 61 perderam população, estando esta evasão concentrada nos menores municípios.

Isto indica a maciça migração que ocorre não só no estado, mas também em todo o

⁸ Conforme Censo realizado pelo IBGE.

País, aproximadamente 70% do crescimento demográfico ocorrido na década de 90 se deu em 10% dos municípios brasileiros com mais de 50.000 habitantes. Evidenciando uma forte migração do campo e das pequenas cidades em direção às áreas urbanas maiores.

Na tabela abaixo é caracterizada a população conforme o sexo dos residentes na AMAVI entre 1991/2000:

Tabela 1

Tx. de Cresc. Pop. por gênero Masc./Fem.–1991/2000

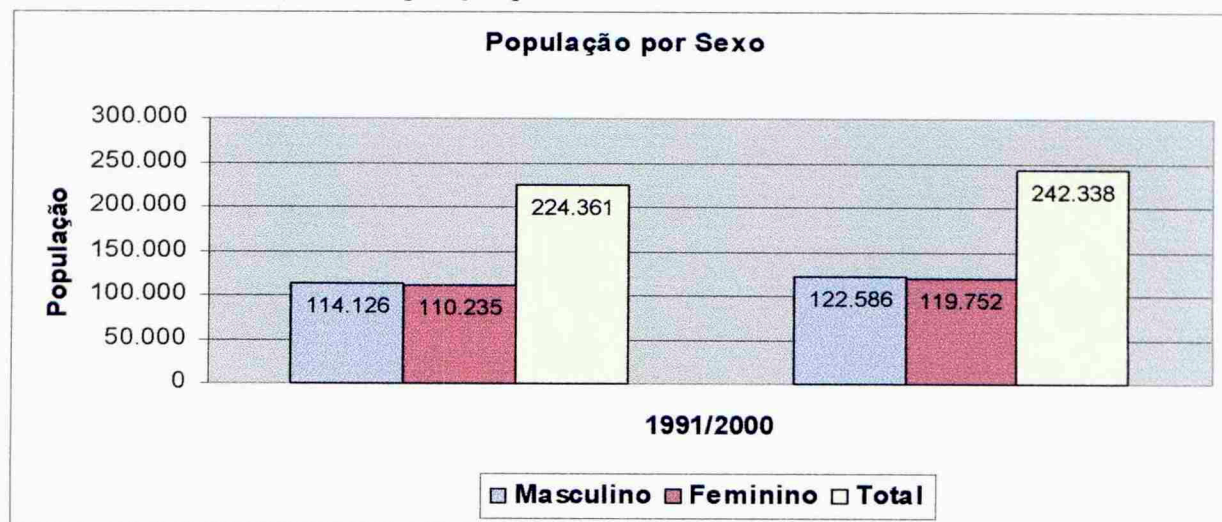
Sexo	1991	2000	Tx. Cresc. (%)
Masculino	<i>114.126</i>	<i>122.586</i>	<i>7,413 %</i>
Feminino	<i>110.235</i>	<i>119.752</i>	<i>8,633 %</i>
Total	<i>224.361</i>	<i>242.338</i>	<i>8,012 %</i>

Fonte: IBGE – Tabela pelo autor.

Pode-se observar que no período (1991/2000), a taxa de crescimento feminina foi superior, 8,633%. Analisando isoladamente 1991, é verificado que uma fatia de 50,87% (114.126 hab.) da população é composta de homens e 49,13% (110.235 hab.) por mulheres. Já, em 2000, há uma pequena alteração nestes dados, 50,58% (122.586 hab.) da população é do sexo masculino e 49,42% (119.752 hab.) representa o sexo feminino. Evidenciando uma sensível diminuição entre as taxas de crescimento por gênero (masc./fem.), conforme o gráfico abaixo:

Gráfico I

Evolução da População por Gênero – Masc./Fem. – 1991/2000.



Fonte: IBGE (Elaboração própria)

4.2.2 Densidade Demográfica

O município de Rio do Sul apresenta a maior densidade demográfica da região, com 198,12 hab./Km² distribuídos em 260,7 Km², seguido de Laurentino (63,51 hab./Km²). Entretanto, o município de Laurentino possui a menor área da região, 79,7 Km², em 2000 conforme o IBGE.

O município que apresenta menor densidade demográfica é Mirim Doce, embora tenha sido criado em Julho de 1995, com 8,48 hab./Km², tendo aproximadamente 58,23% da sua população no campo.

A densidade demográfica média evolui da seguinte forma na região entre 1991/2000:

Tabela 2

Densidade Demográfica: AMAVI / SC – 1991/2000.

AMAVI	1991	2000
AMAVI	32,79 hab./Km ²	32,19 hab./Km ²
SC	47,61 hab./Km ²	56,21 hab./Km ²

Fonte: IBGE (pelo autor).

A densidade populacional média da região apresenta queda de 1,83%, enquanto ao Estado o crescimento é da ordem 18,06%, no período 1991/2000. Baseado nos dados

apresentados pode-se afirmar que a região está abaixo da média estadual e a população está se deslocando para outras regiões. A evasão populacional na área rural e nas cidades menores e a migração periferia – cidade pólo são seus reflexos imediatos.

A inexistência de uma política agrícola aliada ao surgimento de pressões por assentamento populacional nos municípios de densidade e crescimento populacional médios, são fatores responsáveis pelo atual quadro demográfico por que passa a região do Alto Vale do Itajaí, revelado pelo censo de 1991 do IBGE.

Na região da AMAVI não há harmonia no crescimento populacional urbano e rural, segundo dados apurados pelo IBGE na contagem populacional de 2000. A população rural está decrescendo e a urbana aumentando. Embora o quadro da região seja de evasão populacional, rural-urbano, 13 municípios entre 1996/2000 apresentaram taxa de crescimento populacional negativa. Variando entre $-0,02\%$ (Rio do Oeste) e $-2,11\%$ (Aurora), nos demais 15 municípios associados, esse fenômeno não ocorreu, fazendo com que a taxa média geométrica de crescimento populacional da região ficasse em $0,95\%$. No entanto, esse fato não expressa a tendência quase que geral no Estado, de parte da população das pequenas cidades deslocarem-se para os grandes centros em busca de melhores oportunidades. Tanto de trabalho como de estudo, ou seja, melhores escolas que os qualifiquem para o mercado de trabalho, principalmente a população mais jovem.

A população divide-se da seguinte forma, $57,49\%$ da população concentra-se na área urbana e $42,51\%$ na área rural. O município onde a população mais se concentra na área rural é Chapadão do Lageado com $88,71\%$, seguido de Santa Terezinha com $87,06\%$. O inverso ocorre no município de Rio do Sul com $93,74\%$ na área urbana seguido de Ibirama com 83% .

Com densidades tão baixas, a implantação de infra-estrutura fica bastante onerada. Da impossibilidade de redução dos perímetros urbanos, por envolver aspectos de direito adquirido, a redefinição por zoneamento é recomendada com a criação de áreas de uso agrícola e de preservação. Também através de legislação própria, desestimular o parcelamento do solo, através de novos índices urbanísticos.

4.2.3 População Urbana e Rural

A região abriga apenas uma cidade de porte médio⁹, Rio do Sul, com população total de 51.650 habitantes, apresenta em sua área urbana um contingente de 48.421 habitantes e

3.229 na área rural, sendo a cidade pólo da região.

No município de Chapadão do Lageado, o que contém a menor população entre os 28 associados. Dos 2.560 de população total, 2.271 correspondem à população rural. Esta distribuição caracteriza os municípios com até 7.000 hab., na maioria deles, a população está mais concentrada no campo.

Com o crescimento da população urbana e o decréscimo da rural, verificado na última década, conforme a contagem da população do IBGE em 2000, a microrregião apresenta uma distribuição populacional com maior predominância urbana, 139.383 hab. vivendo nas cidades (57%) e 103.067 hab. no meio rural (43%).

Entretanto, como exposto na tabela 3, pode-se notar perfeitamente que o êxodo rural no Estado é maior que na região da AMAVI.

Tabela 3
População Residente de Santa Catarina – 1990 / 2000

Ano	Total	Rural	Urbana
1990	4.435.730	1.345.524	3.090.206
2000	5.356.360	1.138.429	4.217.931

Fonte: IBGE

Em 1990, 69,66% da população estava concentrada na área urbana e, no ano de 2000, era 78,75% nas cidades. Portanto, a polarização prevê que os centros mais atrativos absorvem o capital humano, a mão de obra mais qualificada e as inovações mais adequadas ao mercado, favorecendo as comunidades de crescimento rápido em detrimento das periferias, segundo Myrdal (1967).

4.3 Indicador Trabalho e Rendimento

Esse indicador permite a avaliação do grau de desenvolvimento social atingido pela região no ano de 1997 ao que se refere a empregados no setor formal e ocupação por setores na economia da AMAVI.

⁹ Em Santa Catarina, aquelas que possuem entre 50 e 150 mil habitantes.

Tabela 4
Distribuição de Pessoas Ocupadas por Setores da Atividade Econômica na AMAVI - 1997
(Considerando os dois melhores e piores desempenhos)

Município	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros	Total
<i>Rio do Sul</i>	4.665	365	2.736	5.117	191	2	13.076
<i>Ibirama</i>	2.777	32	316	516	7	-	3.648
<i>Santa Terezinha</i>	11	-	10	164	12	-	197
<i>Presidente Nereu</i>	-	-	4	64	8	-	76
AMA VI	16.021	591	5.185	11.189	493	2	33.481
% AMA VI	47,85%	1,77%	15,49%	33,42%	1,47%	0,01%	-
SC	338.935	35.730	149.175	385.835	29.658	408	939.741
% SC	36,07%	3,80%	15,87%	41,06%	3,16%	0,04%	-

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS 1997 (Adaptado pelo autor)

(1) Porcentagem de Trabalhadores em relação ao total na AMAVI.

(2) Porcentagem de Trabalhadores em relação ao total em Santa Catarina

Conforme o exposto na tabela acima, é notório o potencial a ser explorado na AMAVI. Setores intensivos em mão de obra expressam números que clamam por ações do poder público e da iniciativa privada.

Esses índices trazem a luz da análise outra conclusão interessante: expressam a quantidade de trabalhadores que se encontram na informalidade, já que a população da região contava em 1997 com aproximadamente 240.000 habitantes.

Notas-se, ainda, que o maior percentual de ocupação das pessoas na AMAVI está na indústria de transformação, detendo 47,85% da ocupação, seguido pelo setor de serviços com 33,42%, juntos, estes dois setores respondem por 81,27% da ocupação formal da região. Sendo superior ao índice estadual que é de 77,13% da ocupação nos mesmos setores.

4.4 Indicador de Educação

Esse indicador permite a avaliação do grau de desenvolvimento social atingido pela AMAVI nos anos de 1996 e 2000, empregando nessa análise, o atendimento da educação infantil (0 a 6 anos), atendimento ao ensino médio (7 a 14 anos), atendimento ao ensino médio (15 a 17 anos), o número de estabelecimentos de ensino e de matrículas da região. Obedecendo os níveis hierárquicos estabelecidos pelo Índice de Condição de Eficiência - ICE.

Tabela 5
Atendimento da Educação Infantil - 2000

Lugar SC	Município	Atendimento Educação Infantil (0 a 6 anos) (%)	Condição de Eficiência	
			Índice	Nível
Valor melhor (meta)		35,00		
1	Dona Emma	54,22	1	Alto
187	Aurora	24,64	0,70	Médio Baixo
290	Santa Terezinha	11,28	0,32	Baixo
Valor pior		0,00		
Santa Catarina		29,05	0,83	Médio

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto – SED/SC

Elaboração: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM/SC

O atendimento da região à educação infantil (0 a 6 anos) fica na média de 35,81 %, nível considerado alto se comparado ao Estado com 29,05%, nível médio.

Tabela 6
Atendimento do Ensino Fundamental - 2000

Lugar SC	Município	Taxa de Atendimento Ensino Fundamental (7 a 14 anos) (%)	Condição de Eficiência	
			Índice	Nível
Valor melhor (meta)		100,00	1,00	
19	José Boiteux	113,46	1,00	Alto
185	Dona Emma	92,33	0,92	Médio Alto
268	Aurora	84,31	0,84	Médio
Valor pior		0,00		
Santa Catarina		97,92	0,98	Alto

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto – SED/SC

Elaboração: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM/SC

O atendimento do ensino fundamental (7 a 14 anos) fica na média de 95,77 %, nível considerado alto e equivalente ao Estado com 97,92%, nível alto.

Tabela 7
Atendimento do Ensino Médio - 2000

Lugar SC	Município	Taxa de Atendimento Ensino Médio (15 a 17 anos) (%)	Condição de Eficiência	
			Índice	Nível
Valor melhor (meta)		58,00		
7	Rio do Sul	69,35	1,00	Alto
49	Presidente Getúlio	52,75	0,91	Médio Alto
86	Ituporanga	46,36	0,80	Médio
134	Aurora	40,49	0,70	Médio Baixo
259	Santa Terezinha	24,32	0,42	Baixo
Valor pior		0,00		
Santa Catarina		45,81	0,79	Médio Baixo

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto – SED/SC

Elaboração: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM/SC

O atendimento do ensino médio (15 a 17 anos) fica na média de 40,12 %, nível considerado baixo, enquanto o Estado com 45,81%, apresenta nível médio baixo.

Tabela 8
Número de Estabelecimentos: Ensino Fundamental, Médio e Pré-Escola – 1996.

Estabelecimentos	Ensino Pré-escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Escola Pública Estadual	0	62	37	99
Escola Pública Municipal	204	244	0	448
Escola Particular	20	9	7	36
Total – AMAVI	224	315	44	583

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, IBGE – 1996 (Tabela pelo autor)

Tabela 9
Número de Matrículas: Ensino Fundamental, Médio e Pré-Escola – 1996.

Matrículas	Ensino Pré-escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Escola Pública Estadual	0	26.620	6.760	33.380
Escola Pública Municipal	6.758	12.999	0	19.757
Escola Particular	1.136	2.163	964	4.263
Total – AMAVI	7.894	41.782	7.724	57.400

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, IBGE – 1996 (Tabela pelo autor)

O maior contingente de alunos na AMAVI encontra-se no ensino fundamental. O ensino pré-escolar tem sua rede implantada predominantemente nas áreas urbanas.

Em 1991, foi observada uma elevada evasão do 1º para o 2º grau, isto é, de cada 8,66 alunos apenas 1 continuava os estudos no 2º grau. Já em 1996, segundo o IBGE, esta evasão era de 5,41 alunos para 1 aluno que continuava no 2º grau.

As Escolas Técnicas de 2º grau, devido ao seu reduzido número, não preparam convenientemente a mão de obra da região para o mercado de trabalho.

No meio rural, associada a falta de transporte para as escolas de 2º grau, é notório a existência de escolas isoladas com sobrecarga para o corpo docente com acúmulo de funções. Observa-se, em sua grande maioria, que em uma mesma sala de aula o professor leciona simultaneamente para várias séries.

A falta de estudos de demanda ocasiona a proliferação de unidades com baixo número de alunos com reflexo em sua operacionalidade e eficiência.

A oferta de ensino superior encontra-se nas cidades de Rio do Sul, Ituporanga, Presidente Getúlio e Taió, com cobertura regional através de estabelecimento privado: UNIDAVI. Existindo carência de outros cursos de nível superior.

4.5 Indicador de Saúde

Os municípios da AMAVI, na sua maioria, contam com pelo menos um posto ou centro de saúde por município como consta de informações da Secretaria da Saúde do Estado. Os municípios que se destacam em números de postos ou centro de saúde são Rio do Sul (12 unidades), Ituporanga (6 unidades) e Presidente Getúlio (5 unidades).

Há uma certa concentração dos serviços médicos nos municípios pólos ou que possuem hospitais. Rio do Sul concentra o maior índice, ou seja, oferece aproximadamente 44% da mão de obra médica. Segundo parâmetros da Organização Mundial de Saúde, há uma deficiência na região de 250 médicos. Excluindo os dados de Rio do Sul (médicos e população) a deficiência aumenta para quase 300 médicos, tanto é que em vários municípios não há prestação desses serviços.

Obedecendo aos parâmetros da Secretaria da Saúde de 1 médico para cada 4.800 pessoas em regime de 8 horas/dia seria necessário em 1996, apenas 49 médicos em toda região. Entretanto, em quase todos os municípios existe apenas 1 ou 2 profissionais da área.

Tabela 10
Mortalidade Infantil- 2000

Lugar SC	Município	Mortalidade Infantil Óbitos p/ 1000 nascidos vivos	Condição de Eficiência	
			Índice	Nível
Valor melhor (meta)		11,00		
1	Agronômica	00,00	1,00	Alto
167	Atalanta	16,10	0,94	Médio Alto
205	Salete	21,40	0,88	Médio
271	Petrolândia	36,40	0,71	Médio Baixo
285	Vitor Meireles	48,50	0,58	Baixo
Valor pior		100,00		
	Santa Catarina	15,40	0,95	Alto

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde

Elaboração: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM/SC

Na região, em 2000, para cada mil nascimentos, morrem 13,98 crianças. Os municípios de Agronômica, Aurora, Chapadão do Lageado, Dona Emma, José Boiteux, Mirim Doce, Presidente Nereu e Witmarsum apresentaram índice zero para cada mil nascidos. Os municípios de Vitor Meireles e Santa Terezinha sustentam os piores índices, 48,5 seguidos de 47,6 óbitos por mil nascimentos, respectivamente.

Em relação ao Estado, com 15,4 óbitos para cada 1000 nascidos vivos, nível alto, a AMAVI apresenta média de 13,98 óbitos, detendo o nível médio alto, ficando a 10,16% para equiparar-se ao índice estadual.

4.6 Indicador Famílias, Domicílios e Saneamento Básico

A Diretoria de Desenvolvimento Urbano – DURB caracteriza este indicador da seguinte forma:

“Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal”.

A abordagem será feita a partir dos seguintes indicadores:

Abastecimento Adequado de Água: canalização de água para o domicílio particular permanente.

Instalações Adequadas de Esgoto: quando as canalizações das águas servidas e dos dejetos proveniente do banheiro ou sanitário estão ligadas a um sistema de coleta que os conduza a

um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento de matéria esgotada.

Resíduos Sólidos: destino do lixo proveniente do domicílio particular.

Conforme as tabelas abaixo:

Tabela 11
Abastecimento Adequado de Água - 1999

Município	% População urbana atendida	Nível
Vidal Ramos	97,89	Satisfatório
Petrolândia	94,88	Deficiente
Presidente Nereu	76,21	Fraco
Braço do Trombudo	43,13	Sofrível
Chapadão do Lageado	0,00	Condenável
AMAVI	85,44%	Deficiente
Santa Catarina	85,74%	Deficiente

Fonte: Prefeituras Municipais, CASAN e SAMAES.

Elaboração: pelo autor.

Na tabela 11, tanto a AMAVI como o Estado apresentam deficiência no indicador abastecimento adequado de água. Sendo que Santa Catarina possui um percentual maior de atendimento, 85,74%, enquanto à associação, 85,44% da população é atendida.

Tabela 12
Resíduos Sólidos - 1999

Município	% População Urbana Atendida	Nível	Destino
Agronômica	100 %	Desejável	1
Imbuia	100 %	Solução Precária	2
Dona Emma	100 %	Condenável	3
Witmarsum	19,75 %	Solução Precária	2
Pouso Redondo	25 %	Condenável	3
Rio do Campo	27,79 %	Condenável	3
AMAVI	68,07 %		
Santa Catarina	65,30%		

Fonte: Prefeituras Municipais, CASAN e SAMAES.

Elaboração: pelo autor.

(1) Local licenciado pela FATMA

(2) Local de Aterro Controlado

(3) Lixão

A tabela 12 exprime um quadro preocupante, fato observado tanto na AMAVI como no Estado, a falta de locais adequados para descartar os resíduos sólidos tem efeitos diretos sobre o bem estar da população. Causando doenças, contaminando a água (lençóis freáticos, rios) e impactando negativamente no meio ambiente. Estatisticamente, este indicador apresenta conceito desejável para 3,57% dos associados, que utiliza uma área que fora devidamente aprovado pela FATMA, representando apenas o município de Agronômica. Outros 39,29% apresentam como locais de destino os chamados aterros controlados, o nível de solução precária. E, 57,14% dos 28 associados utilizam os chamados lixões, conseqüentemente, nível condenável pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Meio Ambiente – SDM/SC.

Enquanto ao indicador Instalações Adequadas de Esgoto o conceito para ambos, Estado e AMAVI, é condenável conforme SDM/SC.

4.7 Aspectos Econômicos

Conforme já mencionado anteriormente, a economia da AMAVI está baseada nos setores primário, secundário e terciário. A tabela abaixo relaciona os principais setores da economia da região e o número de estabelecimentos atuantes em 1996.

Tabela 13
Distribuição dos Estabelecimentos por principais Atividades Econômicas - 1996

Setores	Nº Estabelecimentos
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	45
Pesca	1
Indústria Extrativista	51
Indústria de Transformação	984
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	25
Construção	108
Comércio, Reparação de Veículos, Objetos Pessoais e Domésticos	2386
Alojamento e Alimentação	454
Transportes, Armazenagem e Comunicações	204
Intermediação Financeira	56
Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	328
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	33
Educação	60
Saúde e Serviços Sociais	68
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	438
Serviços Domésticos	0
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0
Total	5241

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1996 e malha Municipal Digital do Brasil 1996 (pelo autor)

Na tabela 14 é possível avaliar o comportamento do PIB Per Capita Municipal, considerando somente os anos de 1990 e 1997 de forma que se possa analisá-lo em relação ao Estado.

Tabela 14
Evolução do PIB Per Capita Municipal - 1990 e 1997

PIB Municipal Per Capita – Preços de 1997 – (R\$ 1,00/hab)		
Município	1990	1997
Agrolândia	3.192	4.593
Agronômica	2.236	4.238
Atalanta	2.410	3.337
Aurora	2.890	3.458
Braço do Trombudo	-	7.547
Chapadão do Lageado	-	3.940
Dona Emma	1.930	3.316
Ibirama	5.487	7.169
Imbuia	1.773	2.640
Ituporanga	2.607	4.238
José Boiteux	1.446	2.917
Laurentino	3.681	4.730
Lontras	1.540	2.287
Mirim Doce	-	5.323
Petrolândia	1.594	3.527
Pouso Redondo	2.528	3.513
Presidente Getúlio	4.566	6.643
Presidente Nereu	1.309	3.008
Rio do Campo	2.440	3.925
Rio do Oeste	2.812	4.632
Rio do Sul	6.091	6.344
Salete	3.868	6.017
Santa Terezinha	-	2.638
Taió	3.003	5.607
Trombudo Central	7.999	8.470
Vidal Ramos	1.629	3.880
Vitor Meireles	1.131	2.961
Witmarsum	1.645	3.899
Santa Catarina (*)	5.791	6.844

Fonte: Valor adicionado fiscal (SF-SC), PIB SC (SDE), e contagem de População -1997-IBGE (Pelo Autor)

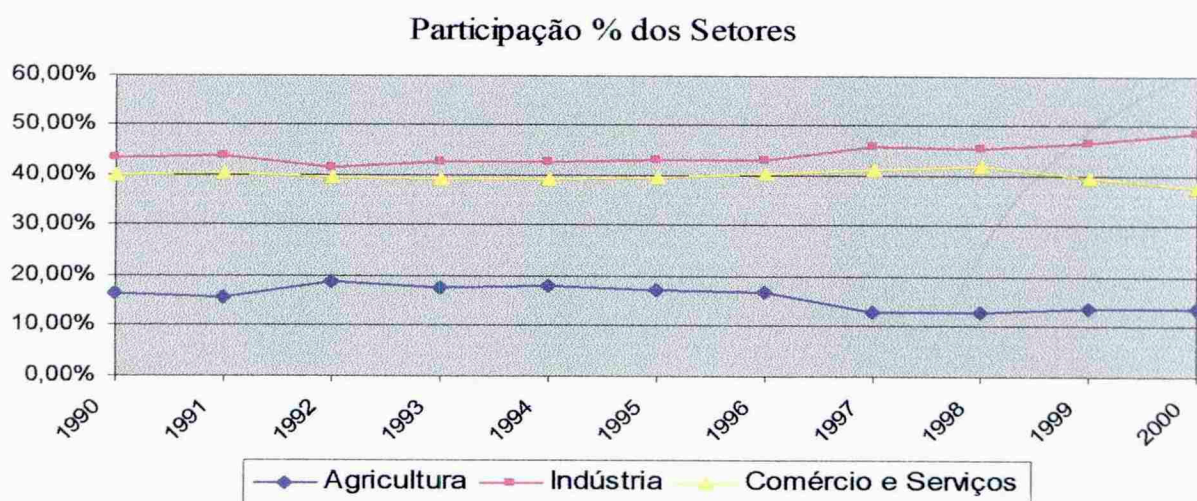
Obs.: Preços de 1997 – IGP/DI - FGV

(*) PIB Per Capita de Santa Catarina com base no Valor Adicionado

Verificou-se que em todos os municípios da região houve melhoria da renda per capita municipal, entretanto, o seu valor é inferior ao estadual. Ou seja, em 1991 o PIB per capita médio na AMAVI é de R\$ 2.909,00 (a preços de 1997), o estadual R\$ 5.791,00. Em 1997 a diferença foi menor, Santa Catarina com R\$ 6.844,00 de PIB/per capita e a associação conta R\$ 4.457,00. Portanto, a diferença caiu de 99,07% em 1991 para 65,12% entre a renda per capita média da AMAVI e Santa Catarina.

Gráfico II

Participação % dos Setores na Economia de Santa Catarina – 1990-2000



Fonte: Diário Catarinense (pelo autor)

Analisando o gráfico dois, a evolução da estrutura do PIB catarinense (participação % dos setores), no período 1990/2000 verifica-se bom desempenho da economia, alavancado pelo setor secundário, que ao longo desses anos alternou-se em períodos de crescimento com períodos de estabilidade. Já o setor primário, que mais interessa a esse trabalho, verifica-se uma forte depressão estabilizando em baixa entre 1997 e 2000, esboçando uma fraca reação.

4.8 Agricultura e Desenvolvimento Econômico

O setor primário, nas fases iniciais do processo de desenvolvimento, concentrou a maior fatia da população no campo. Ao passo que a economia se desenvolve, com o processo de industrialização, em sua grande maioria, concentrada nos setores têxtil e de máquinas e equipamentos, a população tende a abandonar o campo, em busca de melhores oportunidades na área urbana.

A agricultura possui importante papel no processo do desenvolvimento, age como elemento encadeador no restante da economia ao mesmo tempo em que fornece alimentos para as áreas urbanas. No processo de industrialização e urbanização, com maior oferta de alimentos industrializados, ocorre expansão, simultaneamente, da produção industrial e do campo, favorecendo o crescimento econômico, como também elevando o bem-estar social, gerando mais emprego e renda.

A produção agroindustrial surge como uma alternativa de solução dos conflitos existentes entre as funções da agricultura¹⁰, gerando maior valor agregado no setor agrícola e intensificando a relação da indústria com a agricultura, no complexo agroindustrial. O desenvolvimento da produção agroindustrial depende da dinâmica de crescimento da renda nacional, da política de preços e de crédito, refletindo assim, na oferta de bens agrícolas.

Nesse processo constata-se, paralelamente, a presença de dois fenômenos distintos, mas interligados (...) *a agroindustrialização crescente, como beneficiamento e industrialização de frutos, vegetais, cereais e outros alimentos e matérias-primas diversas; e, a penetração do capitalismo no campo, implicando o uso mais intenso de insumos modernos e de administração científica.* (Souza, 1999, p. 268)

Segundo Timmer (1992 *apud* Souza 1999), no campo, na maioria dos países existe muita pobreza, mas como as pessoas encontravam-se em áreas dispersas, isto não é tão visível, como nas favelas das grandes cidades. Por isso, uma das funções da agricultura, no processo de desenvolvimento é promover a redução da pobreza existente no meio rural. Ao Estado, caberia a função de fixar o homem no campo, através da reforma agrária, investir em educação, melhoria da infra-estrutura agrícola, investimento em pesquisa e extensão rural e em consequência a elevação da renda do produtor agrícola no contexto do desenvolvimento econômico.

Na agricultura subdesenvolvida, (...) *uma agricultura em expansão e uma base econômica diversificada representam maiores níveis de renda, que se traduzem em maior grau de consumo, de poupança e de investimento,* (Souza, 1999, p. 40).

Para manter a produção acelerada, tanto para exportação, como para o mercado interno, é necessário aumentar a produtividade, por meio da aplicação de inovações tecnológicas, uma vez que existem limites para o aumento da produção apenas mediante a expansão da área cultivada.

¹⁰ Geração de poupança, constituição de mercado para produtos industriais, produção de alimentos para consumo interno e a geração de divisas com a exportação.

“As interdependências entre a agropecuária, as agroindústrias e a indústria de transformação em geral são muito fortes, implicando a necessidade de adoção de um planejamento global integrado, principalmente pelos reflexos sobre a economia das diversas regiões do interior do país,” (Souza, 1999, p. 293)

Aumentando a relação de interdependência entre os setores agrícola e industrial, a expansão de um deles fica dependente ao desempenho do outro. A agricultura crescerá rapidamente se a demanda estiver em expansão rápida. A indústria depende tanto da oferta de matérias-primas agrícolas, como da oferta de alimentos, reduzindo o custo de vida sobre os salários urbanos. Para coordenar os diversos setores e reduzir os conflitos, torna-se necessária a participação do Estado na formulação de políticas agrícolas industriais e de desenvolvimento regional.

4.8.1 Agricultura Familiar: pilar para o desenvolvimento sustentável

O conceito de agricultura familiar é recente. Até pouco tempo atrás, falava-se em, pequeno produtor para designar o agricultor familiar, e em pequena propriedade para designar a agricultura familiar. Em linhas gerais, a agricultura familiar tem duas características preponderantes: gestão ou administração familiar e trabalho predominantemente familiar.

O urbano que surge, se move fortemente atrelado a um mundo rural mais complexo e dinâmico, em que a agricultura de base familiar tem um peso social maior do que a de larga escala.

A agricultura de base familiar¹¹ está presente em todas as regiões do País, no Centro-Oeste¹², onde a agricultura empresarial está tendo forte expansão, a agricultura familiar também usufrui expressiva participação.

As microrregiões brasileiras com forte presença da agricultura familiar são as que apresentam os melhores índices de desenvolvimento. Sempre que um processo de urbanização e industrialização produziu um desenvolvimento mais equilibrado, aí, em geral, a agricultura familiar está consolidada. O inverso também vale: as regiões que se desenvolveram com a dinâmica da agricultura familiar, em geral estão consolidadas e possuem uma economia

¹¹ Pequenos produtores rurais e pescadores artesanais.

¹² Principal fronteira agrícola

bastante diversificada. No entorno também se desenvolveu um vasto conjunto de atividades não agrícolas e de características urbanas.

O fortalecimento econômico deste segmento é estratégico para a manutenção e geração dos empregos que o País precisa, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar e para a construção de um desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar emprega cerca de 80% das pessoas que trabalham no campo e cerca de 18% da população economicamente ativa do País, sendo responsável por aproximadamente 80% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, dados do ICEPA (2000).

Estudos revelam que a geração de empregos pela agricultura familiar custa bem menos que a geração de um emprego urbano. Mas o maior argumento da importância deste segmento vem do conceito de multifuncionalidade de espaço rural, pois a agricultura de base familiar desempenha a função de produção, remunerada pelo mercado, e as funções de segurança alimentar, manutenção da paisagem, ordenamento do uso do solo e preservação ambiental, que devem ser remuneradas pela sociedade.

A construção de um novo projeto para o campo, que tenha a agricultura familiar como um dos principais objetivos estratégicos, poderá gerar milhões de empregos, impulsionando o desenvolvimento sustentável nas pequenas e nas médias cidades.

Segundo Nakano (1981 *apud* Souza 1999), os lucros baixos ou nulos na margem, inviabilizam o grande empreendimento capitalista rural, entretanto, tornam possível a produção familiar, em que as receitas totais apenas cobrem os custos. Nesses custos, estão incluídos, no entanto, a remuneração dos membros da família, o custo de educação e um fundo para capitalização da atividade.

O incentivo à agricultura familiar dinamiza o desenvolvimento de outros setores da economia (indústrias, serviços, etc...). Estabelecer um projeto nesta visão não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios. É o desenvolvimento com distribuição de renda no campo que viabiliza e sustenta o desenvolvimento urbano.

A agricultura familiar é a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural, pois pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas, permitindo consolidar a democratização e a participação de sua população na construção da cidadania.

CONCLUSÃO

A avaliação de processos produtivos numa perspectiva de sustentabilidade econômico-ecológica envolve aspectos de ordem social, econômica, ambiental e política. Exigindo uma sensível mudança cultural por parte dos tomadores de decisões e da própria sociedade.

Este trabalho teve como objetivo geral estudar a evolução econômica e social da AMAVI, com seus 28 municípios associados, no período de 1990-2000 e identificar algumas das principais causas que respondem pelo subdesenvolvimento, considerando os de maior relevância.

A economia da região estudada baseia-se no setor primário, com o predomínio de pequenas propriedades agrícolas, de base familiar, que variam entre 10 a 30 hectares, onde se pratica a agricultura intensiva, levando ao rápido esgotamento da fertilidade do solo. Nota-se, ainda, uma massa de trabalhadores rurais que fogem às estatísticas de pessoas ocupadas por setores na economia da AMAVI, ou seja, a força de trabalho formal, em 1997, contava com 33.481 trabalhadores devidamente registrados no Ministério do Trabalho. Em contrapartida, o total da produção era de aproximadamente 240.000 habitantes, mascarando a realidade dos fatos; apontando 47,85% da ocupação no setor secundário, seguido pelo setor de serviços com 33,42%. Esses dois setores juntos respondem por 81,27% da ocupação formal na região.

Dentre as aptidões agrícolas, destacam-se: milho, feijão, mandioca, fumo, cebola, arroz irrigado, a horticultura e a pecuária leiteira. Devido a topografia acidentada e a pequena área das propriedades o agricultor utiliza o máximo de seu potencial diversificando as culturas. As terras com declividade até 30%, limitam a área cultivável, são utilizadas para pecuária leiteira ou para reflorestamento como fonte energética para secagem de fumo. Atividade que contribui em larga escala para o desmatamento da Mata Atlântica.

A ausência de progresso tecnológico no processo produtivo e a incapacidade de se buscar uma atividade econômica alternativa capaz de ampliar a base produtiva com absorção de novas tecnologias, contribui para a formação de pontos de estrangulamento na cadeia produtiva.

O êxodo rural em Santa Catarina, logicamente que, além da influência interna, esteve fortemente influenciado pelo comportamento da economia brasileira em geral. Em termos de população, o fato é que a AMAVI apresentou no período de 1996-2000 um forte processo de

“desruralização”, treze municípios apresentaram taxa de crescimento populacional negativa, variando entre -0,02% (Rio do Oeste) e -2,11% (Aurora).

Constatou-se este fenômeno, entre outros, pelos seguintes fatores: falta de uma política de crédito adequada e duradoura, visando o incentivo ao pequeno produtor; alteração da base técnica de boa parte das atividades agrícolas, com liberação de mão de obra; aumento real nos preços de máquinas e insumos agrícolas, elevando demasiadamente os custos produção; crença da população rural em maiores possibilidades de emprego e melhores condições de vida nos centros urbanos; falta de novas alternativas de produção ou atividades que retenham a população na área rural. Porém, reverter a tendência de urbanização, levando de volta para o meio rural as milhares de pessoas que de lá partiram, seria impossível, na medida que o movimento rural – urbano é histórico e observado em todo mundo. É possível, todavia, minimizar o ritmo do fluxo migratório.

Outro fato reside no bom desempenho da economia catarinense na década passada, puxado pelo setor secundário, enquanto o setor primário apresentou acentuada queda. Como a região estudada não apresenta um setor industrial forte, acredita-se ter havido a transferência de mão de obra desta para os setores secundário e terciário de outras regiões.

No tocante a evolução social, os indicadores apurados em 2000: atendimento da educação infantil (0 a 6 anos) com 35,81% dos alunos e atendimento do ensino fundamental (7 a 14 anos) com 95,77% dos alunos, apresentam níveis altos, revelando proximidade com os níveis estaduais. Em relação ao atendimento do ensino médio (15 a 17anos), tanto a média do Estado como a média regional apresenta deficiência. A evasão escolar do 1º para o 2º grau, em 1996, isto é, a cada 5,41 alunos somente 1 continuava os estudos de 2º grau. No entanto, apesar desse avanço na alfabetização, ressentem-se na AMAVI, a falta de investimentos na formação profissional da população, por exemplo, a expansão das escolas agrícolas e de universidades com maior oferta de cursos superiores, possibilitaria o aprimoramento técnico.

Com relação aos outros indicadores sociais, abordados neste trabalho, como saúde abastecimento adequado de água, instalações de esgoto e o descarte de resíduos sólidos, esses continuam merecendo uma maior atenção, tanto das autoridades municipais como das estaduais.

A AMAVI, no que diz respeito ao potencial econômico, pode-se afirmar que necessita de um vultuoso aporte de investimentos para consolidar os setores primário, secundário e terciário (comércio e prestação de serviços). É de suma importância incentivar a geração de novas oportunidades de emprego e renda, principalmente na agricultura familiar. O

fortalecimento econômico desse segmento é estratégico para a manutenção e geração dos empregos que o país tanto precisa, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar e para a construção de um desenvolvimento sustentável na região. Ou, atrair para seus municípios a vizinha indústria têxtil que tanto importa, da região em questão, força de trabalho. A criação de um comércio com o objetivo de fomentar a arrecadação e reverter a fuga de recursos indispensáveis para o desenvolvimento da região se faz necessário.

Portanto, longe de esgotar o debate sobre o tema, este trabalho pode fornecer elementos para uma grande diversidade de estudos ligados ao assunto.

BIBLIOGRAFIA

BLOCK, Walter E. Problemas sobre a propriedade privada. In: McFRTRIDGE, D. G. **Economia e meio ambiente: a reconciliação**. Porto Alegre. Ortiz/IEE, 1992. p 223.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis/SC, 15/12/2003. p. 14.

ESTADO DO SANTA CATARINA, ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS). Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente (SDM) e Programa de Avaliação Sócio-Econômico Financeira Municipal (PASEM). Coordenador João Fernando Andersen.

FIESC E SEBRAE-SC, **Santa Catarina em Dados 1996**. Florianópolis: FIESC.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24. Ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1991. 248 p.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 243 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas, 2001. 391 p. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas.

IBGE. **Censo demográfico de Santa Catarina 1991**.

_____. **Censo Agrícola**. 1995.

_____. **Contagem da população de Santa Catarina**. 1996.

_____. **Censo demográfico de Santa Catarina.** 2000.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BÁSICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Florianópolis: SDM/FATMA, 1995.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Economia ecológica e desenvolvimento sustentável:**

Textos sócio-econômicos nº 3. Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. **O mito do desenvolvimento sustentável.** Florianópolis: UFSC, 1999 (Tese de Doutorado).

MYRDAL, Gunnar. **Perspectivas de uma economia internacional.** Rio de Janeiro: Saga, 1967.

RANGEL, Ignacio. **Ciclo, tecnologia e crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia.** São Paulo, Abril Cultural, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E FAZENDA E DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Plano básico de desenvolvimento regional: AMAVI, 1994.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1998.

SERÔA DA MOTTA, R. (coord). **Contabilidade Ambiental: teoria, metodologia e estudos de casos no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1995. 126 p.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)**. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. 377p.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

Outras bibliografias consultadas

AMAVI. Disponível na internet. <http://www.amavi.org.br>. Acesso no mês de mar., 2002.

APREMAVI. Disponível na internet: <http://www.unidavi.rct-sc.br/~apremavi>. Acesso no mês de mar., 2003.

EPAGRI. Disponível na internet. <http://www.epagri.rct-sc.br>. Acesso no mês de mar., 2004.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível na internet. <http://www.sc.gov.br>, 2003.

IBGE. Disponível na internet: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso nos meses de jan., fev., 2004.

INSTITUTO CEPA/SC. Disponível na internet: <http://www.icepa.com.br>. Acesso no mês de set., 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO – SED/SC
Disponível na internet: <http://www.sed.rct-sc.br>. Acesso nos meses de nov., dez. 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SC
Disponível na internet: <http://www.sef.sc.gov.br>. Acesso nos meses de out., nov., 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES/SC
Disponível na internet: <http://www.saude.sc.gov.br>. Acesso nos meses de fev., mar., 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO
AMBIENTE – SDM/SC. Disponível na internet. <http://durb.sdm.sc.gov.br>. Acesso nos
meses de jan., fev., mar., 2004.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE/SC. Disponível na internet.
<http://www.tre-sc.gov.br>. Acesso nos meses de jan., fev., 2004.